



Número: 43

Horta, Quarta-Feira, 24 de Novembro de 1982

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

D I Á R I O

DA ASSEMBLEIA REGIONAL

II Legislatura

III Sessão legislativa

Presidente: Deputado Álvaro Monjardino

Secretários: Deputados Fernando Dutra e Emílio Porto

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15 00 horas.

1. Período de Antes da Ordem do Dia:

Pelo Presidente foi referida a correspondência e o expediente recebidos, tendo sido lidos dois requerimentos do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt (*PS*).

Para tratamento de assuntos de interesse relevante para a Região, fizeram intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados Altino de Melo (*PSD*), José Manuel Bettencourt (*PS*), Melo Alves (*PSD*), Pacheco de Almeida (*PSD*), o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Costa Neves*), Fátima Oliveira (*PSD*) e Martins de Freitas (*PSD*).

2. Período da Ordem do Dia:

Neste período a Assembleia debateu e aprovou os seguintes diplomas:

– **Pedido de urgência solicitado pelo Partido Socialista, para a apreciação do projecto de Decreto Regional sobre «Alterações na Orgânica dos Serviços da Assembleia Regional dos Açores».**

Aprovado por unanimidade sem quaisquer intervenções.

– **Pedido de urgência com dispensa de exame em Comissões, solicitado pelo Governo Regional, para a apreciação da «Revisão do Plano de Actividades do GAR para 1982».**

Aprovado por unanimidade, sem quaisquer intervenções.

– **Pedido de urgência com dispensa de exame em Comissões, solicitado pelo Governo Regional, para a apreciação do «Plano de Actividades do GAR para 1983».**

Aprovado por unanimidade, sem quaisquer intervenções.

– **Proposta de Resolução sobre a apreciação imediata do Plano e Orçamento para 1983.**

Aprovada por unanimidade, sem quaisquer intervenções.

– **Apreciação do Plano e Orçamento para 1983.**

Feitas as apresentações pelo Sr. Presidente do Governo Regional (*Mota Amaral*), Sub-Secretário do Planeamento e Integração Europeia (*Nunes Liberato*) e Secretário Regional das Finanças (*Raúl Gomes dos Santos*), intervieram nos debates os Srs. Deputados Melo Alves (*PSD*), Roberto Amaral (*PS*), Dionísio Sousa (*PS*), Conceição Bettencourt (*PS*), Daniel de Sá (*PS*), Carlos Mendonça (*PS*) e Fernando Monteiro (*CDS*).

A continuação da apreciação, ficou agendada para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 20 15 horas.

Presidente: Vai proceder-se à chamada.

(Eram 15 00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** – Adelaide Teles, Álvaro Monjardino, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Fernando Dutra, Altino de Melo, Pacheco de Almeida, José Ribeiro, José Maria Cabral, Mário Freitas, Mário Silveira, João de Medeiros, Jorge Cruz, Manuel Valadão, Manuel Melo, Cineândia Sousa, Fátima Oliveira, Melo Alves, Vasco Garcia, Joaquim Pontes, João Luis Borges; **PS** – Martins Goulart, Jesuíno Facha, Carlos Mendonça, Emílio Porto, Conceição Bettencourt, Dionísio Sousa, José Manuel Bettencourt, Roberto Amaral).

Presidente: Estão presentes 32 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o Público.

Período de Antes da Ordem do Dia. Expediente:

– Foi recebido hoje, pela Mesa da Assembleia, um ofício do Tribunal da Comarca da Horta, dando conta – nos termos que estão neste momento a ser comunicados a cada um dos Srs. Deputados – de que o processo que decorria contra o Deputado Fernando Faria fora declarado suspenso até que, nos termos legais e estatutários, esta Assembleia entendesse suspender o Sr. Deputado do exercício das suas funções.

Uma vez que este assunto está relacionado com aquele que ontem o próprio Sr. Deputado aqui levantou e sobre o qual – conforme dentro de momentos terei ocasião de explicar – a Mesa já tomou a decisão de mandar que o texto e o documento, enviado pelo Tribunal da Comarca da Horta, fosse distribuído, individualmente, a cada um dos Srs. Deputados para melhor inteligência do assunto, do fundo da questão e informação relativamente ao assunto, sobre o qual esta Assembleia, possivelmente amanhã, debruçar-se-á.

– Os Srs. Deputados têm mais um Diário antigo, o número 18, de 10 de Setembro de 1981, que a partir de hoje fica à reclamação.

– Temos dois requerimentos do Partido Socialista e ambos subscritos pelo Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

No primeiro pedem-se as seguintes informações ao Presidente do Governo Regional:

(Foi lido)

No outro requerimento, do mesmo Sr. Deputado, pede-se à Presidência do Governo Regional as seguintes informações:

(Foi lido)

Estes requerimentos vão ser, como é costume, transmitidos para serem naturalmente objecto de resposta.

– Proposta de Resolução apresentada pela Mesa:

«A Mesa da Assembleia Regional dos Açores propõe, ao abrigo do artigo 3º do Estatuto dos Deputados que o Deputado Fernando Manuel de Faria Ribeiro, seja suspenso do seu mandato por se achar indiciado como autor de um delito previsto e punível pelos artigos 25º e 26º, n.º 2, alínea b) do Decreto-Lei nº 85-C-76, de 26 de Fevereiro, e 166º, § 1 e 2 do Código Penal».

Horta, 24 de Novembro de 1982.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Podia repetir, Sr. Presidente.

Presidente: A Sra. Deputada quer que eu repita? Pois, concerteza. Isto é uma proposta de resolução, que vai ser transmitida, enfim, em cópias:

(Voltou a ser lida)

Portanto, é em consonância, não só com o requerimento de ontem, apresentado pelo Sr. Deputado Fernando Faria, como com o ofício acompanhado pelas peças do processo, e do qual os Srs. Deputados já devem ter recebido fotocópia, que me foi hoje remetido pelo Tribunal da Comarca da Horta, que a Mesa, à face da Lei, entendeu que o que tinha a fazer era, efectivamente, apresentar esta proposta de resolução que será agendada – se não for visto inconveniente – para amanhã.

– Foram ainda apresentados documentos complementares da proposta do Plano, contendo a discriminação dos investimentos previstos para 83, por ilhas, conforme fora sugerido no seio da Comissão conjunta que apreciou esta proposta.

– Foi também apresentado um novo anexo à Proposta do Plano, contendo o programa de investimentos para quatro das empresas públicas regionais, que os Srs. Deputados já devem ter recebido.

O documento que tanto os Srs. Deputados como os Membros do Governo têm fotocópia, em cima das suas bancas, é uma reprodução duma comunicação feita por um professor de direito internacional, nas sextas jornadas de professores de direito internacional e relações internacionais que decorreram em Santiago de Compostela, de 1 a 4 de Junho de 1981. Trata-se, portanto, dum documento que já tem a sua idade.

Suponho que pela primeira vez na Península – e isso talvez não honra muito os juristas portugueses – se aborda, a um nível universitário, a problemática da Autonomia Regional Portuguesa e as suas implicações, em termos de direito internacional.

Porque se trata dum texto, que parece ter interesse, em termos absolutamente restritos aos Srs. Deputados e Membros do Governo, mandou-se fotocopiar para conhecimento dos mesmos.

Não havendo mais indicações iríamos à parte seguinte, mas, seja como fôr, antes disso não queria deixar de registar, com muito apreço, que se encontra presente, nesta Sala, a Sra. Secretária de Estado da Família, com quem tive a honra de me encontrar hoje, no gabinete da Presidência e que integrada no público está presente nesta Sessão.

Vamos então passar às intervenções de interesse geral.

Tem a palavra e a tribuna para o efeito, o Sr. Deputado Altino de Melo.

Deputado Altino de Melo (PSD): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Vivemos num País bélico ou talvez melhor dizendo numa sociedade belicosa.

Há muitos anos que isso acontece e grande parte do cidadão comum vive despreziosamente e até sem pensar neste fenómeno.

Um fenómeno importantíssimo e que a continuar neste andamento levará o País ao caos económico.

Por imposição dum regime autoritário fomos obrigados a manter desde 1962 a 1974 uma guerra inglória, infame,

injusta (todas as guerras são injustas) mas esta para nós foi das mais injustas dos últimos anos, à qual foi dada o nome de «guerra do Ultramar».

Vamos tentar analisar o que ela nos deixou.

De positivo nada. De negativo tudo.

Pereceram muitos jovens que hoje seriam cidadãos de mérito na nossa sociedade. Conhecemos alguns que já tinham dado provas do que seriam capazes de fazer no futuro.

Outros ficaram mutilados para o resto da vida.

Uma tragédia irreparável e inesquecível que os acompanhará, bem como aos seus familiares, durante toda a vida, para a qual de certo auspiciavam algo de melhor.

Uns milhares de pessoas que regressaram à pátria, sem seus haveres, algumas até só com a pouca roupa que traziam, no corpo.

Estes, apesar de todos os sofrimentos e contratemplos, tentam refazer as suas vidas, pois escaparam à morte e não ficaram mutilados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao pensarmos neste triste cenário, a quem devemos atribuir a culpa de tudo o que aconteceu ou melhor, de todas estas desgraças?

Sem sombra de dúvida que os responsáveis sairão das seguintes categorias de personalidades:

A primeira dos então dirigentes do País, que na cegueira do centralismo doentio, e que ainda hoje continua, cremos até que com maior gana, pois vai além dos governantes, não olhavam aos meios para conseguirem os seus fins, ilícitos é claro, e a segunda dos célebres descolonizadores que a História um dia julgará, uma vez que as entidades competentes não podem ou não têm capacidade para o fazer.

Com esta estúpida guerra gastava-se grande parte do orçamento do Estado, vivendo-se anos e anos orgulhosamente sós e por essa e outras razões, tudo se processava ao relento mas, uma coisa é certa, trabalhava-se e produzia-se, ao contrário do que se processa hoje.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pensávamos nós que com o 25 de Abril, a guerra acabada, o País e a população pudessem finalmente viver em paz.

Errámos redondamente ao pensar assim, pois se por um lado acabou a guerra do Ultramar, por outro lado começou imediatamente outra que, em certos aspectos será ainda pior do que aquela.

É verdade que a primeira deixou marcas irreparáveis, como atrás já frizamos, mas também não é menos verdade que esta última, cujo termo não se pode prever, deixará o País e a sua população na miséria, desconhecendo-se quanto tempo será preciso para a sua recuperação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Qual das duas será a pior? Em nossa opinião: ambas.

Da primeira já dissemos em síntese as desgraças que ela deixou, por isso vamos agora tentar abordar a segunda, o que para nós não é muito fácil.

Cremos que todos nesta Sala já se aperceberam da continuada guerra de que nos propomos falar e bastaria recordar, tão importante ela é, que todos os dias, já nos habituamos a ouvir o seu slogan: A luta por isso, a luta por aquilo, a luta pela luta, a luta . . . a luta. . .

(Risos da bancada do PS)

Do que aprendemos e dos dicionários que compulsamos, luta significa «combate», «guerra», «conflito», etc..

Ora, como aconteceu com a guerra do Ultramar esta também não trará benefícios a ninguém, antes pelo contrário, só trará desgraças. São sempre os resultados das guerras, sejam elas quais forem.

Já deixou alguns mortos e mutilados, com bombas lançadas por cidadãos bons, pois as armas estão em boas mãos, segundo ouvimos, pelas lutas de rua organizadas também por gente boa, (afinal é tudo gente boa) e ainda pelas greves selvagens que levarão o País ao caos económico.

Parte da população ainda não se convenceu de que o nosso País é pobre, pelo que não podemos viver como se fôssemos ricos. E é isso que nós constatamos dia após dia.

Uma nação é rica se os seus industriais são ricos e Portugal não é um país industrial. É preciso produzir nos outros ramos de actividade e é isso que não se vê.

Sendo assim como é possível viver-se como se tem vivido até aqui?

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Todos nós sabemos que é com empréstimos e mais empréstimos e sabe-se lá quando eles acabarão. O pior é quando for para os pagar. . . . (já Mário Soares quando estava no poder dizia que íamos viver de empréstimos durante mais de dez anos, mas logo na altura comentámos: Se ele diz dez anos é para vinte ou mais).

Como pode uma nação sobreviver com empréstimos se a maior parte deles se destina à importação de artigos de primeira necessidade; porque o País não quer produzir o suficiente ou pelo menos grande parte (70 ou 80% dos artigos que comemos são importados segundo rezam as estatísticas).

Em que país constatamos isso? Evidentemente que só em Portugal.

Enquanto tivermos quem nos empreste muito bem (queremos dizer muito mal) e quando isso nos for negado? como vai ser. . .

É do conhecimento de todos que o saco pode ser muito grande mas, quando se tira e lá não se continua a pôr ou melhor quando se tira mais do que se põe, ele acaba mesmo por esvaziar-se.

É naturalmente o que nos vai acontecer, porque tiramos muito mais do que arrecadamos.

É impressionante constatar que uma parte da população, principalmente aquela que tem poder reivindicativo, luta sempre por mais e mais, seja a luta justa ou não. É assunto até que não discutimos, apenas notamos que não se luta pelo trabalho e pela produção.

Isto claro está sem falar nas horas perdidas durante o horário normal de trabalho quando se realizam os plenários de trabalhadores, contra todas as regras elementares cívicas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto prejuízo tem tido o País com estes plenários? Incalculáveis e irreparáveis, mas uma parte minoritária da população acha tudo isto muito bem.

As greves . . . Ai as greves selvagens que se tem desencadeado neste País! Até seria bom não falar delas, apenas lembraria a esta Câmara o facto de as mesmas já terem caído no uso e costume, tendo lugar de destaque em todos os noticiá-

rios da Comunicação Social.

Temos a certeza de não errarmos ao afirmarmos que desde 1974 não se passou um milésimo de segundo que em Portugal não esteve alguém em greve.

Em nossa opinião desencadeiam-se tantas neste País que só falta entrar em greve aqueles que nela já estão.

Quanto tem perdido o País com estas greves selvagens? Nós não podemos calcular; a resposta fica para quem for capaz de adivinhar.

Um sorvedouro imundo são ainda as empresas nacionalizadas, porque somos nós todos, os que trabamos e produzimos, que pagamos os seus prejuízos propositados.

E aí daquele que fala em desnacionalizar. . . É pior ainda do que falar em estricnina (oh Constituição!. . . Constituição. . .).

Há bem poucos dias ainda, ouvimos na TV, que os gestores de certa empresa nacionalizada estavam sequestrados lá dentro e que só saíam quando os trabalhadores quizessem. . .

Pessoalmente julgámos que esses crimes comunistas já tinham acabado mas, continuamos a pensar erradamente porque a liberdade só existe para uns tantos. Oh pobre País!. . . Oh pobre democracia!. . . por péssimos caminhos vão vocês trilhando. . .

A falta de produção é tal e em quase todos os sectores que, às vezes, ficamos pasmados com tanta preguiça e sem vergonha.

É-nos impossível abordar este assunto em profundidade porque seria cansativo e vexatório mas, apenas referimos que na maior parte dos casos que conhecemos, são precisos dez trabalhadores para fazerem o serviço de quatro, sem esquecer ainda a falta de qualificação e de brio profissional (isto é coisa que já não se usa).

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há dias em Lisboa constatámos, com os nossos próprios olhos, algo do que já dissemos aqui.

Para nós, dá impressão que naquela cidade não se trabalha quase nada, porque de manhã às tantas da noite só vemos milhares e milhares de pessoas, aos montes é o termo próprio, a andar de rua em rua.

Os cafés e casas de petiscos encontram-se cheios, desde manhã também até às tantas da noite, dos passeios aos interiores dos mesmos.

Perante este cenário o nosso pensamento era este: como pode ser isto?. . . Como é que isto é possível?. . .

Não conseguimos obter resposta e concluimos que além da falta de produção vivemos numa sociedade de consumo desenfreado, ouvindo-se na maior parte das vezes: não interessa o preço. . .

O que se verifica neste capítulo até não é bem consumir mas sim esbanjar. Entre muitos casos que poderíamos citar, vamos apenas recordar o dos combustíveis.

Quando sobem, porque têm mesmo que subir, umas vezes devido ao seu aumento na origem, outras devido à constante subida do dólar, chovem logo de todos os lados os comunicados da praxe e as lamentações das pessoas mas, no dia seguinte o que vemos: esbanjar. . . esbanjar. . . sem respeito algum por nada.

Presidente: Sr. Deputado, é para lembrar que falta 1 mi-

nuto para acabar o seu tempo.

O Orador: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E não nos venham argumentar que a culpa é só deste Governo, porque já passaram pelo poder muitos outros, de várias ideologias, e que não conseguiram nada, porque nenhum deles teve ainda a coragem política de criar legislação nova sobre as relações de trabalho, produção, poupança, acabando com as guerras ou lutas, como lhe quiserem chamar, internas, que só levarão o País ao caos económico. Tudo isto se pode fazer em democracia, como constatamos em todo o mundo DEMOCRÁTICO.

E para finalizar diríamos que chegamos a esta triste conclusão:

A guerra do Ultramar que durou até 1974 deixou mortos, mutilados e retornados.

A continuada guerra a que acima nos referimos, deixa também já alguns mortos e mutilados, por enquanto em menor número e vai deixar o País na ruína ou seja na banca rota, a não ser que rapidamente mude tudo, isto é, se unam governantes, empresários e trabalhadores, e todos juntos se empenhem na solução dos graves problemas que afogam o País.

(Palmas da bancada do PSD)

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

Tenho sido abordado com frequência por cidadãos, na Ilha Terceira, os quais manifestam a sua estranheza pela circunstância do Governo Regional ainda não ter dado início ao processo de candidatura de habilitação com vista ao acesso às moradias do Bairro de Santa Luzia.

Caso se verifique, de facto, tal situação ela constitui, também de facto, motivo de estranheza, sabido que a carência habitacional é um problema geral da Região. Esse problema assume foros de extrema gravidade na Ilha Terceira, na sequência do terramoto de 1 de Janeiro de 1980.

A verdade é que, para além dos que já adquiriram habitação própria através da política de crédito bancário para os sinistrados, muitas e muitas famílias sinistradas continuam a viver em situações habitacionais provisórias, como é o caso dos que vivem nos moldes tipo contentor do Aldeamento do Bailão, nas casas metálicas do Bairro de São João de Deus, e nas muitas barracas de madeira, dentro e fora da cidade de Angra do Heroísmo.

Sendo certo que dificilmente muitas destas famílias não terão capacidade financeira para adquirirem habitação própria através dos circuitos preconizados para a auto-construção, é deprimente para quem tenha de facto uma opção clara pela justiça social, concluir que a solução preconizada para as famílias sinistradas sócio-economicamente desfavorecidas, seja aquilo a que se chama o Bairro da Terra Chã, constituindo este um aglomerado de casinhas que afrontam os mais elementares princípios da dignidade humana.

Para além de toda esta situação, há os que vivendo em casas de renda, aspiram também com legitimidade a uma habitação própria, que não têm.

Tendo o Governo Regional dos Açores o suporte legal

que lhe confere a propriedade dos fogos habitacionais de Santa Luzia, que espera o Governo para que essas casas sejam atribuídas às famílias que delas necessitam, nelas estão interessadas, na base de critérios pactuals e claros? A inoperância que se verifica, a indefinição das respostas que se dão aos que procuram habilitar-se às casas do Bairro de Santa Luzia, induz a pensar que o Governo Regional não fará nada antes do final do presente ano, possivelmente depois das eleições de 12 de Dezembro — já então com os votos arrecadados — o Governo irá decidir quem ficará com as casas do Bairro de Santa Luzia.

E nessa altura, quem ficar prejudicado, vítima de discriminação, já não incomodará o Governo porque as eleições já estarão passadas.

Estranho Governo este que diz o que não pensa nem pretende realizar. Estranha maioria político-partidária que cultiva a política da paralização e do silêncio.

Silêncio sobre o Bairro de Santa Luzia, no caso vertente. Silêncio sobre requerimentos feitos ao Governo, através do Parlamento. Silêncio e paralização sobre iniciativas legislativas que não convém à maioria regional político-partidária.

Devido à errada conduta da actual maioria político-partidária regional, surgem já os primeiros sintomas, na opinião pública de que é preciso mudar este «statu-quo».

A justiça, que não vislumbro no estado actual, nesta Região Autónoma, há-de prevalecer um dia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Termino, pois, parafraseando Mahatma Gandhi, o apóstolo da verdade e da não violência:

«Permaneço um optimista, não porque haja qualquer evidência que possa dar incremento da injustiça mas porque é minha imperturbável fé o triunfo final da justiça».

Só da nossa fé pode aderir a inspiração da final prevalência da justiça.

Disse.

Presidente: O Sr. Deputado Melo Alves pede a palavra para?

Deputado Melo Alves (PSD): Para um protesto.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

Não posso deixar de protestar pela forma como foi aqui apresentado o problema da resolução da habitação para famílias sinistradas, na Ilha Terceira.

Dar-se a entender ou dizer-se expressamente que as casas metálicas do Bairro de São João de Deus não são capazes e boas para habitação, é, de facto, a ignoração da realidade ou o desvirtuar da mesma.

Dizer que as casinhas da Terra Chã, ou o bairro que lá está em construção, não prestam é também desconhecer essa mesma realidade ou desvirtuá-la.

Os módulos metálicos — que ainda estão habitados — não são ideais, tiveram e ainda têm a sua função uma vez que ainda existem famílias, inscritas, procurando habitação. Compreende-se que se diga, quanto a estes, que não são bons. Foram óptimos como habitação temporária porém não são bons como habitação definitiva.

Apesar de tudo, quanto ao nosso meio e à nossa socie-

dade, o dizer-se que as casas de São João de Deus ou da Terra Chã não são dignas, convenientes é, de facto, ignorá-las.

Não posso deixar de protestar porque conheço umas outras, conhecendo igualmente a satisfação das pessoas que para lá foram viver. Muitas e muitas, foram melhorar de situação, não relativamente à habitação temporária que teriam depois do sismo mas da que tinham antes do sismo.

Essas casas, T3, T4, são — nas nossas condições de desenvolvimento e até mesmo em condições ou países superiores — casas, quanto à área e forma como estão contruídas, que não se podem de forma nenhuma classificar como indignas.

Há, portanto, que colocar as coisas do modo como devem sê-lo feito.

É essa a razão do protesto desta bancada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt para um contraprotesto.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu dizia que o protesto do Sr. Deputado Melo Alves, veio, aliás, no sentido de tentar camuflar uma situação que, de facto, não dignifica a condição humana.

Eu referi, na minha intervenção — se o Sr. Deputado esteve bem atento — que essas pessoas viviam, apontando esses bairros, numa situação habitacional provisória. Nada mais disse — em relação ao Bairro do Aldeamento do Bailão e São João de Deus — do que: situação habitacional provisória.

Penso que não disse nada de outro mundo uma vez que o Sr. Deputado comprovou esse aspecto provisório da situação habitacional dessas pessoas. O próprio Presidente do Governo Regional — aquando da discussão do Plano passado do GAR — também referiu essa mesma qualidade.

A minha intervenção vem no sentido de interrogar sobre a solução que permita passar do provisório para uma situação que possa dignificar essas pessoas e esses extratos económicos e socialmente desfavorecidos.

Quanto ao caso do Bairro da Terra Chã, Sr. Deputado Melo Alves, respeito inteiramente a sua opinião mas devo dizer-lhe que, na minha opinião, essas casas não têm absolutamente qualquer dignidade. Muito mal vai o seu conceito de dignidade humana, se o Sr. Deputado as conhece.

Convido todos os Deputados a deslocarem-se à Terra Chã para verem o tipo de construção que aí se está fazendo para seres humanos habitarem. É uma perspectiva retrógrada de casas pequeninas, pobrezinhas para gente pobre habitar.

«Quatro paredes caídas e um cheirinho a alecrim».

(*Protestos da bancada do PSD*)

Devo dizer também aos Srs. Deputados, que sabem muito bem o que se está a passar com a construção do Bairro da Terra Chã. Sabem o que se está a passar e as responsabilidades directas do Governo na construção desse bairro.

Por isso, Sr. Deputado, não deixa de ser curioso que — numa intervenção que fiz, em que referi a situação habitacional — fundamentalmente o Governo ainda nada tenha feito para, por exemplo, começar-se o processo de candidaturas de habitação para as casas do Bairro de Santa Luzia.

Em relação a isso o Sr. Deputado não respondeu.

Contudo a minha intervenção não ficou por aí. Dei igualmente pistas para a actuação da maioria, em função de requerimentos — feitos e dirigidos ao Governo Regional há imensos meses neste Parlamento — cujas respostas ainda não foram obtidas.

Em função de iniciativas legislativas, igualmente intervim, também há longos meses, porém as mesmas nunca subiram ao Plenário deste Parlamento.

Fica aqui, pois, o meu contraprotesto.

Presidente: O Sr. Deputado Pacheco de Almeida pede a palavra para?

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Para um protesto.

Presidente: Tem a palavra.

O Orador: Desejo fazer um protesto complementar, sobre algumas coisas que o meu companheiro de bancada, Melo Alves, não referiu aqui.

O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt deixou algumas ideias que é necessário afastar com toda a clareza.

A primeira é de que algumas das regulamentações, referido clara e concretamente o processo de habilitação às casas de Santa Luzia não tivessem sido feitas, colocando a maioria numa posição de silêncio face ao mesmo.

Não tomei ainda conhecimento de que o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt tenha tido acesso ao trabalho que, tanto partidariamente como dentro do Grupo Parlamentar, desenvolvemos para lhe autorizar uma afirmação nesse sentido.

De resto, o trabalho da maioria, nesta Região, é visível a quem quer que percorra a mesma, sobretudo para aqueles que têm possibilidades de comparar a Região de hoje com a de há 3, 4 e 6 anos.

Daí a minha primeira ideia de protesto.

A segunda situa-se na mudança do «statu quo», pois, é o que temos, certamente, vindo a fazer e vamos continuar, talvez por alguns e dilatados anos.

Por outro lado, porque a nossa permanência no Governo depende do voto e não do desejo da oposição ou «das oposições».

A acrescentar a isto, eu diria que, quanto ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt não ver a justiça, cabe-lhe o conceito de visão que possa ter. Temos de alargar, ou o seu conceito de visão, ou o conceito de justiça.

Se me tivesse dito que, na Região, nem todos os problemas sociais estão resolvidos, então sim, teria de concordar consigo mas não foi o caso.

O conceito de justiça tem de ser entendido tal como é, embora possa sê-lo num consenso muito lato ou estrito. Aqui, a precisão das palavras é importante.

Nesta Região vive-se um estado de direito e em justiça. O que não se conseguiu foi corrigir em 6 anos injustiças acumuladas por centenas de anos de governação colonial, o que é diferente!

Temos de deixar isto aqui dito com clareza. Quem quebrou as grilhetas da colonização fomos nós, os açorianos, que agora conduzem o processo democrático, incluindo todos os que trabalham connosco neste Parlamento.

Fomos nós que as quebrámos, criando uma sociedade nova, nada ficando a dever a quem, durante muitos anos,

por aqui se passeou e se banqueteu. É necessário que isto se diga.

(Vozes do PSD: Muito bem! . . . Muito bem! . . .)

Introduzir aqui Mahatma Gandhi é poeticamente bonito, uma vez que é uma figura de tal dimensão que refiro com o maior respeito. Porém devo igualmente dizer que a introdução aqui do seu pensamento, em relação aos nossos problemas sociais, à nossa vivência e entendimento do mundo, é viver perfeitamente em poesia.

Presidente: O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt pretende, provavelmente, contraprotestar.

Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Satisfaz-me imenso que a minha intervenção tenha suscitado tanto interesse da parte da bancada do PSD porque, fundamentalmente, será através do diálogo parlamentar que se poderá clarificar muitas das situações e problemas da nossa Região.

Em relação ao protesto do Sr. Deputado Pacheco de Almeida, eu vou utilizar, para responder, o contraprotesto que é a figura regimental que me cabe.

Fazendo questão das palavras que proferi, na minha intervenção, e à semelhança do que disse em relação ao Sr. Deputado Melo Alves, direi que quem esteve atento a elas verificará que as formas como têm surgido os protestos não me parecem, de facto as mais sólidas de argumentar.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): É um entendimento!

O Orador: Eu disse que havia sido abordado por muitos cidadãos da Ilha Terceira, que manifestavam a sua estranheza pelo facto de nada saberem em relação ao concurso de habilitação para ocupação das casas do Bairro de Santa Luzia.

Penso que uma das funções do Deputado, é ser porta-voz, porque é, de facto, representante do povo e, neste caso, de toda a Região.

O protesto, em função neste caso, a um Deputado que é veículo no Parlamento dos problemas e anseios que os cidadãos lhe põem, terá que ser igualmente extensivo aos componentes dessa massa popular. De resto, penso que a sua intervenção, Sr. Deputado Pacheco de Almeida, se substanciou um bocadinho à volta disso.

Quanto a Mahatma Gandhi, apóstolo da verdade e da não violência, terá que ser sempre extensivo a todos os pontos do globo enquanto e sempre que não se atingir a justiça absoluta.

Presidente: O Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais tem a palavra para a prestação dum esclarecimento.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt parece alinhar entre aqueles que pensam ser exclusivo do Estado a resolução de todos os problemas dos cidadãos.

Efectivamente, essa não é a nossa opinião ou orientação, que temos dado ao nosso trabalho não só nesta área da reconstrução como nas outras. Aliás, pensamos que — se nos compete alguma actividade nessa área — deverão ser, em primeira instância, os cidadãos que estão em instalações

provisórias — já essas cedidas por instituições públicas — que devem procurar a solução para os seus problemas como aliás genericamente tem acontecido.

A comunidade tem apreciado o trabalho que nós temos feito. Os resultados estão à vista e um dos mesmos é precisamente o Bairro de Santa Luzia.

Em relação à regulamentação para a atribuição das casas do Bairro de Santa Luzia, ela está já feita, neste momento, será brevemente apreciada pelo Governo e gostaria de dizer que, concerteza, não seria devido a dificuldades na atribuição de fogos que essa questão não apareceria antes das eleições. Até penso que seria muito conveniente — que as casas aparecessem a concurso antes das eleições — se tivéssemos preocupados com essa questão; uma vez que não vejo que tenha havido grandes dificuldades na atribuição dos fogos de São João de Deus e dos módulos do Bailão que se defrontam com situações muito mais candentes — sob o ponto de vista de equilíbrio económico-social — do que propriamente as pessoas que agora esperam um fogo em Santa Luzia.

Quanto à Terra Chã, pois, alinho na posição do Sr. Deputado Melo Alves. Gostaria de saber qual é o termo de comparação do Sr. Deputado. Se são algumas casas que têm sido construídas em Angra, pois, concerteza que o Bairro da Terra Chã ficará a alguma distância, mas não deixa de ter a dignidade que nós entendemos que deve ter. Aliás, gostaria de apreciar a acção do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, ao pôr aqui uma questão que diz preocupar os angrenses. Penso que não será isso que está em causa mas sim todas as argumentações que utiliza à volta desta questão, pondo em causa outras actividades que penso não poderam ser postas em causa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: A Sra. Deputada Fátima Oliveira tem a palavra para a prestação dum esclarecimento.

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de, não só prestar mas também, solicitar alguns esclarecimentos da parte do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Noto que, depois das intervenções dos meus colegas de bancada e do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, o Sr. Deputado pretende reduzir a sua intervenção apenas ao caso da falta de regulamentação inexistente para a atribuição dos fogos do Bairro de Santa Luzia.

Contudo creio que fez algumas afirmações quanto às habitações de carácter provisório que, aliás, nomeadamente no caso do Bairro do Bailão foram sempre uma das apostas feitas pela oposição e não é de admirar que, nesta altura de campanha eleitoral, ela surja aqui de novo. Existiu sempre, por parte da oposição, uma tentativa de explorar, tentando introduzir factores de ordem política, mesmo nos primórdios do sismo, na situação do aldeamento do Bailão, até quando, ainda se vivia em barracas.

Eu queria que o Sr. Deputado me explicasse se considera os aldeamentos do Bailão, do Bairro de Santa Luzia e até o da Terra Chã, como «quatro paredes caídas de branco», quando são na realidade, casas que estão classificadas em T1, T2 e T4, de acordo com os agregados familiares. Pos-

suem dimensões, por quarto, que em muitos casos, ultrapassam alguns que são de iniciativa privada, de pessoas com meios superiores àqueles a quem o Governo, com a preocupação de dar uma habitação condigna, atribuiu algo que, muitos dos mesmos, não possuíam antes do sismo.

Talvez o Sr. Deputado desconheça mas, na realidade, muitos deles viviam em palheiros, quartos e sótãos sem um mínimo de condições e numa promiscuidade tal que a própria moral pública estava profundamente abalada. Os traumas daí advenientes constituíam factores importantes que contribuíam para a desagregação familiar.

Portanto, será que, na realidade, no caso concreto do Bairro de São João de Deus, apenas o preocupa o aspecto exterior ou conhece o interior dessas mesmas casas? Não pretenda, Sr. Deputado, agora resumir a sua intervenção apenas a uma questão de regulamentação quando ela foi muito mais profunda.

É bom que consulte — e que tivesse acompanhado desde o início como muitos de nós o fizeram — aqueles que neste momento vivem quer no aldeamento do Bailão, situação provisória, quer no Bairro de São João de Deus. É bom que conheça, na realidade, a dimensão das casas e a qualidade de habitação que lhes é favorecida. É, igualmente, bom que conheça as condições de arrendamento que são estabelecidas de acordo com os rendimentos familiares.

Recordo que, no aldeamento do Bailão e no Bairro de São João de Deus, existem pessoas que pagam a quantia simbólica de 100\$00, de acordo com o seu rendimento familiar.

Presidente: O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt foi interpelado com um pedido de esclarecimento. Vou-lhe dar prioritariamente a palavra para responder.

José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu penso que a Sra. Deputada pretendeu fazer, de facto, um aproveitamento distorcido, desfocado e demagógico da minha intervenção.

Eu terei muito prazer em oferecer-lhe fotocópia da minha intervenção que foi escrita e portanto através da mesma terá fácil acesso às minhas afirmações.

Não introduzi, na minha intervenção, como factor de análise prioritário o estado das casas do aldeamento do Bailão e de Santa Luzia. Pelo contrário emiti, de facto, um juízo de valor em função do Bairro da Terra Chã. Esse manteño-o. É a minha opinião e, atenção, a de muita gente na Ilha Terceira e de quem, enfim, possa ter uma concepção do que é habitação social e do que foram, na perspectiva do passado, os então chamados «Bairros Económicos».

De qualquer forma, devo dizer-lhe que o que referi, na minha intervenção, em função das pessoas que estavam no aldeamento do Bailão e no Bairro de São João de Deus, é de que estavam, fundamentalmente, numa situação habitacional provisória. Foi reconhecido pelo Sr. Deputado Melo Alves e, no passado, pelo Sr. Presidente do Governo Regional, e não fiz mais alusões a essa situação.

Aludi, sim, em função da estranheza que manifestavam as pessoas que me abordavam, ao encontrarem um silêncio e indefinição sempre que desejavam saber os requisitos da candidatura às casas do Bairro de Santa Luzia. Diz-me a Sra.

Deputada que essa indefinição é motivada pela ausência, que ainda se verifica, de regulamentação. Essa regulamentação há-de, concerteza, aparecer. Como o tempo já é pouco, vai aparecer depois do dia 12 de Dezembro. Esperemos que ela venha a aparecer mesmo depois dessa altura. Aí as dificuldades serão mais fáceis de ultrapassar.

De qualquer forma, eu diria à Sra. Deputada que quando se refere a T1, T2, T3 e T4, enfrenta o problema de uma forma distorcida. O T1, T2, T3 e T4, como a Sra. Deputada sabe, refere-se ao número de divisões duma casa e não, obrigatoriamente, à qualidade da própria habitação, em termos de construção e comodidade de alojamento. É fácil pronunciar-mo-nos no presente, sem pouca segurança em relação àquilo que se diz. É, fundamentalmente, em relação a isso que nós temos de ter uma certa segurança, em não fazermos afirmações peremptórias, quando se entende, sem que haja garantias de, a seguir, cumpri-las.

Posso-lhe dar, Sra. Deputada, um exemplo muito concreto, em que lerei o texto duma resposta a um requerimento com data de 21 de Agosto de 1980, por exemplo, em que diz:

«Extremamente sensibilizada pela atenção que, ultimamente, os Srs. Deputados do PS prestaram ao Hospital de Angra, cumpre-me informar que:

- a) Anteriormente à visita dos Srs. Deputados àquele Hospital, já fora assente entre esta Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, a Gerência e a Direcção Médica do Hospital de Angra que uma parte da primeira fase, ou seja as estruturas que ficarão sobre os pilares da maternidade, seriam iniciadas ainda este ano; (em 1980).
- b) Estas acções permitirão a utilização do bloco C no âmbito das valências que nele irão funcionar;
- c) Não tendo sido possível fazer incluir no OGE verba superior à prevista para o conjunto de obras de reparação dos profundos danos causados pelo sismo, esta Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, na Revisão do Plano que apresentou à Assembleia e que foi aprovada, incluiu a verba considerada necessária para o exercício das obras;
- d) O concurso das obras, referidas na alínea anterior, deverá ser realizado em Setembro (. . . isto é de Agosto. . .) de 1980.

A Secretaria Regional dos Assuntos Sociais está profundamente atenta. . . » (etc., etc., etc.).

Agosto de 1980 e, por exemplo, de facto, nesta altura, em Novembro de 1982 num caso concreto, o bloco C — que era tão seguro e tão afirmativo há dois anos — ainda não está concluído. É esta a política de promessas. É a afirmação que eu fiz sobre o que se diz sem se querer realizar que é preciso estar-se atento e essa é a minha própria missão e função como Deputado.

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Melo Alves para a prestação dum esclarecimento.

Deputado Melo Alves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria esclarecer o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt que entendo que os protestos não têm, necessariamente, que se revestir duma forma violenta, dura ou sequer,

meramente, emocional, pois eu considerei alguns aspectos da sua intervenção como demagógicos.

O meu protesto e os desta bancada não foram contra aqueles que, legítima ou ilegítimamente, anseiam por uma melhoria da sua situação. Foram contra, e repito, determinados aspectos da intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Esclareço ainda que julgo que, pela parte que me toca, a compreensão ou defesa da dignidade humana não terá sido, até aqui, nem melhor nem pior do que a do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt. Futuramente não sei, uma vez que ninguém pode dizer: «desta água não beberei».

Quanto à habitação em questão pois, nós considerámos três aspectos:

- Habitação provisória;
- Habitação temporária;
- Habitação definitiva.

Foram provisórias as tendas, as pequenas casas de madeira e os alojamentos colectivos.

Classificámos, e são de facto, habitação temporária os módulos metálicos e as casas de madeira, mais amplas e com melhores condições.

Considerámos habitação definitiva os pré-fabricados do Bairro de São João de Deus. Eles não se podem considerar provisórios. Nós não os consideramos provisórios nem qualquer outra pessoa o faz. Eles têm uma duração prevista de 25 anos e as dimensões normativas exigíveis quanto ao tamanho das divisões.

Um T3 é constituído por uma cozinha, uma sala comum, duas casas de banho, três quartos de cama e tem as dimensões exigidas pelas normas vigentes no nosso País. Portanto não é habitação provisória.

Quanto ao que as pessoas pensam deles, Sr. Deputado, eu tive e tenho tido a oportunidade de visitá-los muitas vezes porque as pessoas que eu acompanhei, desde os primeiros dias de Janeiro, nos alojamentos «temporários» do Bairro foram para lá. As relações que mantínhamos continuaram, já no novo bairro.

Tenho ido a casa de vários pelo Natal, em determinadas festas ou quando passo por lá. São pessoas que eu não conhecia antes do sismo.

Portanto, eu conheço bem as casas e sei quantos e quantos daqueles moradores têm pretendido comprar aquelas casas. Logo, não me parece que se possa dizer, de forma nenhuma, que aquele bairro atenta contra a dignidade humana . . .

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): O bairro da Terra Chã, Sr. Deputado, não faça confusões! . . .

O Orador: Relativamente ao bairro da Terra Chã há casas pequenas e outras maiores.

É um bairro que foi estudado, de construção definitiva. Não é pré-fabricado, é uma construção que durará bastantes mais anos. Foi concebido para ser vendido àqueles agregados familiares que não podiam lançar mão à auto-construção. Igualmente se sabe que, na altura, não havia casas à venda e que, agora, as que aparecem não são de carácter económico.

Esse bairro foi alando ao legítimo anseio de muitos que pretendiam adquirir uma casa, embora pequena, para

viverem o resto dos seus dias.

A Verificação dos pedidos — e da ansiedade existente em relação à sua conclusão, para que possa ser posto à venda — comprova que corresponde a um real anseio da população.

Acresce-se que esse projecto foi seguido por entidades internacionais que ajudaram na sua construção. Essa ajuda foi prestada mesmo com donativos e não com empréstimos. Foi, concretamente, a AID que verificou, estudou e apreciou todas as circunstâncias e achou que o projecto era digno de auxílio, prestando-o consequentemente.

Portanto, Sr. Deputado, julgo que não há que falar aqui, com ar de brincadeira, sim, nas «quatro paredes caídas». Não desejamos brincar! Não desejamos brincar com aqueles que, legitimamente, anseiam adquirir uma habitação, anseando igualmente que a mesma exista no mercado e que seja posta à venda, ao alcance das suas possibilidades.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt pede a palavra para?

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): O Sr. Deputado Melo Alves, teve a intervenção que entendeu deveria fazer. Porém, continuo a dizer que conduziu-a numa perspectiva desfocada da minha.

Se o Sr. Deputado faz questão no exercício integral da sua função, fora dos períodos de funcionamento dos Plenários, devo-lhe dizer que fico muito satisfeito uma vez que eu próprio também faço questão nessa matéria e âmbito, através de provas dadas. Daí que conheço, igualmente, as casas do bairro de São João de Deus, não me deslocando lá propriamente, apenas quando sou convidado para festas mas para ver, observar e conversar com as pessoas.

Conheço os módulos do Bailão e as casas que estão sendo construídas no bairro da Terra Chã.

Portanto, sejamos dois bons Deputados. Parece que aí a Região já ganha alguma coisa, mantendo obviamente as divergências de pontos de vista.

Enquanto parece que considera as casas, que estão sendo construídas no bairro da Terra Chã, como possuindo dignidade, eu continuo a considerá-las indignas para a condição humana, quando se tem por ela um verdadeiro respeito. De qualquer forma, Sr. Deputado, todo o resto que tem feito é demagogia uma vez que a minha intervenção está escrita e não teve qualquer intenção de avaliar as casas de São João de Deus e até do aldeamento do Bailão.

O Sr. Deputado falou em habitação provisória e temporária. Como vê, Sr. Deputado, a confusão é sua. . .

Deputado Melo Alves (PSD): E definitiva. . .

O Orador: Sim, e definitiva. Porém, eu não falei nem em definitiva, nem em temporária, mas sim em provisória, e disse o seguinte:

«A verdade é que, para além dos que já adquiriram habitação própria, através da política de crédito bancário para os sinistrados, muitas e muitas famílias sinistradas continuam a viver em situações habitacionais *provisórias*, como é o caso dos que vivem nos módulos, tipo contentor, do al-

deamento do Bailão, nas casas metálicas de São João de Deus e nas muitas barracas de madeira que, infelizmente, ainda existem, dentro e fora da cidade de Angra do Heroísmo».

Contudo, o objecto fundamental da minha intervenção, foi trazer ao Parlamento a estranheza, por parte dos cidadãos da Ilha Terceira, ao abordarem-me, dizendo que quando pretendiam saber como e quando se poderiam habilitar ao bairro de Santa Luzia, encontravam o silêncio e a indefinição.

Já me foi aqui dito que é por ausência de regulamentação. Pois, que se faça a mesma e que, através dela, se dê, com critérios justos, a possibilidade das pessoas adquirirem uma habitação, porque esse bairro reúne condições dignas para as pessoas poderem viver melhor.

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Martins de Freitas. O Sr. Deputado vai dispôr apenas de 7 minutos, para a sua intervenção, uma vez que é o tempo que falta para completar o período destinado a este tipo de intervenção.

Deputado Martins de Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em intervenção feita na Sessão Legislativa de Junho passado, congratulei-me em nome da população picoense pela inauguração a 25 de Abril deste ano do aeroporto daquela ilha.

Nessa altura, alertei para que, da entidade competente, a partir da entrada em funcionamento daquele aeroporto, fosse feita estatística correcta do movimento de passageiros que por via aérea fossem destinados àquela ilha. E, isto, pelo motivo de a população picoense residente e nas outras ilhas, não estar satisfeita com o horário, o qual não previa voos da SATA durante parte do ano (aos sábados, domingos e segundas-feiras) como acontecia.

Pergunta-se: como poderá ser feita uma estatística correcta dos que pretendem utilizar o aeroporto picoense, se à partida as agências de viagens têm de informar, que naqueles dias não são efectuados voos para o Pico e que as pessoas têm de ir para a Horta como era costume antes da entrada em funcionamento daquele aeroporto?

Importa salientar aqui o que, sabemos todos. Quando a vida exige, não há distâncias! Há que enfrentar as intempéries, mesmo que se tenha de enfrentar mares ciclónicos, como tantas vezes aconteceu, acontece e vai acontecer nem sabemos por quanto tempo mais. Quando a doença aparece e a ilha não dispõe de recursos médicos nem hospitalares mínimos, só uma de duas soluções se pode tomar: deixar-se morrer ou tentar o pior e saltar na lancha e atravessar o canal, para depois tomar o avião. Neste aspecto há casos horripilantes que nos tempos actuais não deviam repetir-se. É que, confiar na Força Aérea — e aqui cabe a nossa homenagem aos serviços prestados à população picoense e açoriana — não basta, porque por vezes já chega tarde. . .

Toques da SATA ao sábado e segunda-feira de manhã, são essenciais para bem servir aqueles que querem entrar e sair do Pico. Terá de se ter em conta que a população picoense é praticamente igual à do Faial com menos cerca de 200 pessoas, isto se o último senso foi correcto. E se o novo horário de Inverno já inclui a segunda-feira, retirando o voo, que ao sábado vinha fazendo à experiência, não pode

deixar de registar-se que a hora deste não é a mais conveniente para quem regressa ao trabalho. . .

Focamos isto, porque, para o aeroporto da Horta não há limites de voos extraordinários, em qualquer dia da semana, mesmo aos sábados e domingos. Atestam-no centenas e centenas de passageiros, incluindo os emigrantes que foram obrigados a voar para a Horta aos fins de semana, mesmo quando a maior parte da lotação dos aviões se destinava ao Pico.

Também em nome da população picoense, perguntamos a quem de direito, porque razão aquele aeroporto não serve de alternativa ao da Horta quando este não estiver operacional. Se tal acontecesse não seria desprestigiante para ninguém, pois os picoenses, até à data da inauguração do seu aeroporto, sempre atravessaram o canal, mesmo enfrentando a fúria do mar.

Em requerimento dirigido à Mesa da Assembleia pelos Deputados do PSD pelo círculo do Pico, em 22 de Março de 1982, relacionado com o horário da SATA para o aeroporto do Pico, focou-se o descontentamento da população em virtude de o horário não prever toques aos sábados e segundas-feiras.

A resposta que nos foi dada pela Secretaria dos Transportes e Turismo sobre este assunto dizia que:

«1 — O horário que a SATA vem praticando no aeroporto do Pico foi elaborado na base de estimativas de tráfego que se pensa ser possível transportar de e para aquela ilha. É evidente que tendo sido este o primeiro horário a vigorar não existem elementos rigorosos que permitam uma perfeita avaliação do número de passageiros a transportar. A distribuição dos voos ao longo da semana e de cada dia está dependente da necessidade de assegurar ligações com o exterior, quer com os Estados Unidos e Canadá, quer com o Continente, e cuja maior incidência se verifica exactamente nos dias em que se programaram os voos.

2 — A não inclusão de voos aos domingos e segundas-feiras tem a ver, por um lado, com questões de tráfego, e por outro, com o cumprimento do contrato de trabalho no que respeita à necessidade de assegurar os dias de descanso semanal ao pessoal que trabalha no aeroporto do Pico, por forma a que não haja necessidade de recorrer a horários por turnos, o que significaria a necessidade de aumentar o quadro do pessoal da SATA naquela ilha, sem uma contrapartida de tráfego comprovada ou previsível».

Quanto ao primeiro ponto da resposta, concordamos em parte, pois sabemos que só por estimativa se poderia calcular quais os utentes que usariam o aeroporto do Pico!

Será que, presentemente, a Empresa ainda não está de posse de elementos estatísticos correctos?

E os passageiros que pretenderam viajar nos dias em que não se efectuavam voos para o Pico? Haverá dados sobre esses passageiros? Cremos que não! As agências estão mais interessadas em vender passagens, independentemente do seu destino, do que fazer estatísticas. Por outro lado, sabemos que a nossa gente, muitas vezes prefere atravessar o canal para seguir o seu destino, a consultar médico e especialista para doenças que infelizmente não podem ser tratadas na ilha, ou sendo emigrantes, para não perderem as re-

servas nos aviões internacionais e o posto de trabalho no país onde se radicaram. Mas nunca o fazem de bom grado.

Argumenta-se e defende-se a ligação com o estrangeiro, nomeadamente Estados Unidos, Canadá e Continente, esquecendo-se os que vivem na Região ou aqui vêm frequentemente em visitas de trabalho e não só. Aqui cabe referir que todos nós, ao examinar os novos horários da SATA, nos fica a impressão, nada reconfortante, de que ao programarem-se os voos, se atendeu às ilhas de maior tráfego e, só depois da grelha ter sido distribuída pelos aeroportos de S. Miguel, Terceira e Faial, se distribuiu, aos restantes, as sobras. . .

Por outro lado, não estamos de acordo com a preocupação da contenção de despesas no que respeita à necessidade de assegurar os dias de descanso do pessoal que trabalha no aeroporto do Pico, e que salvo erro é de cerca de uma dúzia. (É devemos assinalar que bom trabalho vêm prestando).

Não quer também a empresa recorrer a horários por turnos, em virtude de ter de aumentar o quadro de pessoal naquela ilha.

Não é nossa intenção que se faça como nas Flores, onde a ANA mantém cerca de quatro dezenas de funcionários para menos de quatro toques semanais. Isso não, pois seria um escândalo a juntar aos que se verificam na máquina administrativa desta Região e do País.

Pretendemos sim que, não sejam os picoenses, os graciosenses e futuramente os jorgenses a servirem de cobaias para a contenção das despesas da SATA e do Governo, pois o que vemos e sabemos é que são distribuídos avales, subsídios reembolsáveis e não reembolsáveis e outros mais, para tudo e todos inclusivé à SATA, cujos funcionários beneficiam de chorudas regalias que a quase totalidade dos habitantes desta Região não possui.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há bem pouco tempo fomos testemunha de centenas de protestos por causa da babilónia verificada com os serviços da SATA e os utentes que tinham passagens confirmadas de entrada e saída pelo Pico e que, nas vésperas de embarque foram avisados telefonicamente que teriam de seguir o seu destino via Horta. É uma situação desagradável e chocante, principalmente tratando-se de emigrantes como era o caso.

A SATA, como Empresa Pública que é, e que sobrevive à custa do erário público açoriano (no qual os picoenses se integram), deverá ter em conta o seu desejo, pois são tão açorianos como os das restantes ilhas do Arquipélago. E são sobretudo pessoas humanas que, independentemente do número, têm os mesmos direitos que os outros que vivem espalhados pela Região e que sofrem mais do que nenhum deles os tão apregoados custos da insularidade.

Disse.

Presidente: Já não há tempo para o outro orador, que estava inscrito, de maneira que ficará com a palavra reservada para o próximo dia.

Terminou o Período de Antes da Ordem do Dia.

Costuma-se fazer aqui um intervalo, mas penso que será preferível que apreciemos imediatamente os pedidos de urgência, posto o que faremos um pequeno intervalo, antes de

se entrar na apreciação do Plano e do Orçamento.

Temos três pedidos de urgência que estavam agendados para hoje.

O primeiro refere-se à apreciação do projecto de Decreto Legislativo Regional, da autoria do Sr. Deputado Martins Goulart, sobre a «Alteração do artigo 13.º e do quadro referido no artigo 12.º do Decreto-Regional 26/80-A da 18 de Setembro».

Sobre este pedido de urgência está aberta a discussão.

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam que a apreciação deste diploma se faça, segundo o processo de urgência, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao pedido de urgência, com dispensa de exame em Comissão, para a «Revisão do Plano de Actividades do GAR para 1982».

Está aberta a discussão sobre este pedido.

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Este pedido de urgência, foi igualmente aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos apreciar, em último lugar, o pedido de processo de urgência, com dispensa do exame em Comissão, para o «Plano de Actividades do GAR para 1983».

Está aberta a discussão sobre este pedido.

Não há intervenções. Passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este pedido, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um intervalo de 20 minutos, posto o que se dará início à apresentação das propostas do Plano e do Orçamento.

Agradeça aos Srs. representantes dos Grupos Parlamentares e do CDS o favor de contactarem comigo no gabinete da Presidência.

Estão suspensos os trabalhos.

(Eram 16 20 horas)

Presidente: Continuação do Período da Ordem do Dia.

(Eram 16 40 horas)

Apreciação do Plano e do Orçamento para 1983.

A metodologia, a seguir, será a seguinte:

— A apresentação, destes dois documentos será feita, conjuntamente, pelo Sr. Presidente do Governo Regional, pelo Sr. Sub-secretário Regional do Planeamento e pelo Sr. Secretário Regional das Finanças.

— Depois, far-se-á um intervalo de 30 minutos para que os Srs. Deputados, que assim o entenderem, possam formular perguntas e pedidos de esclarecimento, relativos à apresentação. Essas perguntas, que se pedia o favor de serem escritas para facilitar as respostas, serão entregues ao Governo Regional, que disporá dum outro intervalo para preparar as suas respostas.

As perguntas tanto podem ser sobre as apresentações feitas pelos membros do Governo, como podem já incidir sobre questões sectoriais. As primeiras serão respondidas,

naturalmente, logo, pelos membros do Governo que fizeram a apresentação. As perguntas de carácter puramente sectorial — exceptuando aquelas que dizem respeito às finanças porque o respectivo Secretário Regional estará desde logo em condições de lhes responder — poderão vir a ser respondidas, aquando das intervenções dos Srs. Secretários Regionais, já no tempo dos debates.

Isto não exclui que após a intervenção de cada um dos Srs. Secretários Regionais, no período dos debates, os Deputados tenham direito de formular os pedidos de esclarecimento que entenderem. Os mesmos não contarão como intervenções dos próprios no debate que, como se sabe, podem ser duas: uma pelo limite de 20 minutos e outra por 10.

Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Desejo interpelar a Mesa e invocar o Regimento.

Não é intenção do Grupo Parlamentar do PS dificultar o bom andamento destes trabalhos, nem sequer de prolongá-los, tendo em conta as dificuldades de tempo que se põem a todos, face aos condicionalismos da conjuntura política e dificuldades de transporte que se colocam a todos os Deputados, para além dos compromissos em participações de ordem representativa, que terão lugar nesta Região sobre o fim de semana.

Todavia, gostaria de reparar um facto, na medida em que o Regimento da Assembleia, no seu artigo 165.º e seguintes, regulamenta o processo especial da aprovação do Plano, Orçamento e das contas regionais.

Quanto ao processo de apreciação e discussão deste documento exige-se que o parecer da Comissão competente, para habilitar este Plenário para o debate que se seguirá, seja distribuído com uma antecedência mínima de cinco dias.

Ora, essa distribuição foi feita antes de ontem, o que quer dizer que apenas decorreram dois dias desse período.

Eu penso que, formalmente, era conveniente que houvesse uma resolução da Assembleia, no sentido de prescindirmos desse período.

Aproveitava para ressaltar que se desrespeitaram outros períodos, designadamente por parte do Governo, que não dando cumprimento ao Decreto-Regional n.º 3/78-A, não apresentou à Assembleia Regional, em tempo devido, as propostas do Plano e Orçamento, até à data de 30 de Setembro deste ano, não permitindo a votação das mesmas, dentro do prazo estabelecido pela lei, até ao dia 10 de Novembro do corrente ano.

Tenho dito.

Presidente: Muito bem, Sr. Deputado Martins Goulart.

A Mesa reconhece que, efectivamente, houve atraso na distribuição dos pareceres que ficaram concluídos, em termos de reuniões de Comissões, ainda dentro do prazo, não podendo porém ser, materialmente, distribuídos, de facto, no prazo referido regimentalmente.

De maneira que, na sequência da sugestão formulada, a Mesa propõe ao Plenário uma resolução no sentido de se passar, já, à apreciação do Plano e do Orçamento, independentemente do decurso do prazo regimental.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de resolução, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Podemos, agora, entrar na fase inicial do processo de apreciação do Plano.

Vou dar a palavra, para apresentação do Plano, ao Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Dr. Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O debate sobre o Plano e o Orçamento proporciona em cada ano uma oportunidade de reflexão profunda acerca dos rumos seguidos pelo Governo na condução do processo de desenvolvimento dos Açores.

Porque estamos exactamente a meio do mandato conferido pelo Povo Açoriano em 1980, nas eleições de que resultou a presente composição da Assembleia Regional, julgo razoável que essa reflexão seja feita de forma particularmente atenta.

A actuação do Governo nos últimos dois anos insere-se, sem solução de continuidade, na linha prosseguida desde a arrancada das nossas instituições autonómicas democráticas. Nem de outro modo poderia ser, para interpretar correctamente o sentido do voto popular de 5 de Outubro, que confirmou e reforçou o apoio manifestado desde o início à proposta do Partido Social Democrata.

Tem-se procurado impulsionar o desenvolvimento do Arquipélago, dando satisfação às necessidades básicas da população e preenchendo as carências verificadas quanto às infra-estruturas essenciais.

Em articulação com a política global e sectorialmente definida, lançou-se a construção de portos e aeroportos, romperam-se estradas e caminhos de penetração; ergueram-se escolas, hospitais e inúmeros outros equipamentos colectivos; construíram-se casas e melhorou-se a qualidade dos agregados populacionais; estimulou-se a modernização do aparelho produtivo, tanto no sector primário (agro-pecuária, florestação, pescas), como no industrial e dos serviços (Turismo); valorizou-se o património natural e artístico; apoiou-se com decisão a mais variada gama de manifestações culturais, com intensa participação de elementos jovens, testemunhando a presente força criativa da sociedade açoriana, que não teme comparações com qualquer fase da nossa História.

E demonstrando que tudo isto não basta para esgotar as nossas forças e recursos, face à grande catástrofe que foi o terramoto do 1.º de Janeiro de 1980, em vez de debandar em busca de melhor sorte noutras terras, como no passado em regra aconteceu, sem hesitar, secando as lágrimas e arregaçando as mangas, atirámo-nos às tarefas da reconstrução, em termos de concitar a justa admiração de muitos.

Em todo este esforço, a enorme mobilização de recursos financeiros (mais de 18 milhões de contos de investimento, desde 1977 até agora) — decerto sem precedentes no meio milénio da nossa vida colectiva — é apenas um aspecto a considerar. Mais importante ainda é o dinamismo renovado da sociedade insular e o seu recenseamento eleitoral, que pela primeira vez acontece de há muitos anos para cá.

Apesar do muito que está já feito, mais ainda falta fazer. É que o desenvolvimento é um processo que se desenro-

la no tempo, há mesmo certos passos que lógica e naturalmente antecedem os outros — e nele não cabe um papel de protagonista ao Estado, ou seja ao Governo Regional.

Os objectivos a alcançar no quadriénio que abrange a presente legislatura desta Assembleia foram definidos no Plano de Médio Prazo, aprovado à cerca de um ano. Entende o Governo que esses objectivos estão correctos e se mantêm actuais, na sua generalidade. Os inevitáveis retoques, resultantes da conjuntura e de outros factores, serão a seu tempo apontados à Câmara, pelos membros do Governo, no decurso das suas intervenções no debate.

Convém agora salientar que a aposta do Governo é na prossecução do esforço de investimento. E ainda que parte apreciável das despesas públicas a fazer neste domínio se destinam a apoiar directamente, mediante diversas formas de subsídios, em comparticipações financeiras e em bonificações de juros, o investimento produtivo da iniciativa privada, fundamental para o desenvolvimento da Região conforme o modelo que preconizamos.

Ao persistirmos no caminho empreendido, mantemos para o próximo ano um alto nível de necessidades de financiamento, mais elevado, em termos monetários — os números falam por si — do que o verificado no ano em curso.

Não podemos, porém, parar, sob pena de vermos aprofundar-se cada vez mais o fosso que nos separa das outras Regiões mais evoluídas do nosso País e da Europa, para onde nos encaminhamos.

O Governo conhece bem a realidade e a extensão da crise que alastra pelo Mundo inteiro — a mais grave, talvez, do nosso século — e que se reflecte também, muito naturalmente, na nossa Região. Por isso prega e pratica a moderação — a austeridade! — nas despesas não produtivas, reclama a racionalização e o aumento da produtividade dos serviços públicos, recusa atender solicitações sobre supérfluos, selecciona com rigor prioridades, impõe sacrifícios.

Mas em tratando-se de investir, de criar postos de trabalho e riqueza, que permita um futuro melhor à nossa gente, o Governo não pode hesitar. Porque se programou com realismo, optando pelo que é mais urgente e mais impacto vai ter no desenvolvimento económico, social, cultural, humano da Região — para a frente é que é o caminho!

O nosso esforço de desenvolvimento tem sido fortemente apoiado do exterior, ao abrigo de uma solidariedade nacional e internacional, cujo real significado todos devidamente apreciamos.

Esta solidariedade tem um valor que não pode mesquinhamente ser reduzido a cifrões. Haverá talvez quem o faça, pretendendo apoucar-nos — esquecendo que a solidariedade é uma relação mútua e que, se recebemos agora, é porque já demos, damos — e muito! — e estamos dispostos a continuar a dar para o todo nacional e internacional em que nós inserimos. Mas se porventura há quem, aviltando altos valores e perdendo a dignidade, assim proceda, nós não o faremos, porque não nos consideramos mendigos, nem tão pouco estamos à venda!

Temos de continuar a pleitear o caso do desenvolvimento dos Açores, através dos canais próprios, nas instâncias nacionais e internacionais donde nos tem vindo tanto auxílio. E desde que verifiquemos que em outras áreas ou

instituições há, ou deve haver, interesse pelo progresso e pela estabilidade dos Açores, logo procuraremos que se estabeleça diálogo e uma frutuosa cooperação.

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a importância geo-estratégica dos Açores não se confina à área das relações entre a Europa e a América do Norte, consubstanciada na Aliança Atlântica. A evolução da conjuntura internacional tem vindo a colocar o nosso Arquipélago em ligação com a problemática da guerra e da paz no Médio Oriente; e neste já não é apenas a questão de Israel que avulta, mas também, em face da consistência da ameaça comum, o estreitar de compromissos entre os Estados Unidos e os Países Árabes com interesses directos no Golfo Pérsico. Incumbe-nos alertar a diplomacia portuguesa, e colocar na medida das nossas possibilidades e prerrogativas constitucionais, para que seja aberta, uma nova frente a explorar tendo em vista o apoio ao desenvolvimento dos Açores.

O nosso raciocínio é sempre o mesmo: não é justo olhar para os Açores como uma fortaleza no meio do Atlântico, cobijada por razões militares e nada mais. Nestas ilhas vive gente — e que gente! — com qualidades comprovadas nas sete partidas do Mundo para onde os azares da emigração a lançou. E esta gente — o Povo Açoriano — mobilizando os recursos naturais da Região (ilhas e mar que as rodeia), joga forte, joga tudo, num clima de amplo consenso e plena vivência democrática, sob a liderança firme dos seus órgãos de governo próprio, no processo do seu desenvolvimento, garantia da estabilidade política e da paz social. É de justiça: ajudar os Açores!

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Tem sido preocupação constante do Governo estender a toda a Região o dinamismo do desenvolvimento, corrigindo as assimetrias e visando o equilíbrio harmónico do todo que é o Arquipélago.

São óbvias as dificuldades que se apresentam à realização deste objectivo, decorrentes da dimensão, dos recursos próprios, da situação demográfica, variáveis de ilha para ilha.

Também aqui o Governo não abdica da sua missão, determinada aliás por diversas votações desta Assembleia.

É fácil fazer malabarismos com os dados numéricos, que exprimem a acção realizada pelo Governo, para pôr em causa a limpidez dos seus propósitos — sobretudo quando, como com desfaçatez alguns procedem, se somam só certas parcelas, se apontam só certos projectos, fechando os olhos a outras realidades evidentes, que certamente ofuscam tanta vesguez. E o que se afigura ainda mais reprovável do ponto de vista cívico e até moral, é que essas distorcidas argumentações logo são brandidas, pretendendo despertar velhos bairrismos doentios, contra o regime autonómico democrático e a grande razão da sua força, que é a unidade dos Açores. . . Como se a adesão consciente dos cidadãos das nossas ilhas ao projecto de afirmação da identidade do Povo Açoriano, que é sobretudo um fenómeno cultural, fosse susceptível de ser comprada!

O Governo não ignora que é impossível chegar a toda a parte ao mesmo tempo, satisfazer todas as necessidades em simultâneo, pois os recursos financeiros, e até humanos, são sempre limitados. Na prudente ordenação das realizações a

levar a efeito, alguns, em algumas matérias, são servidos primeiro, em função da sua gritante necessidade ou de alto interesse geral; mas a vez dos outros vem logo a seguir! É questão de esperar com paciência! E num processo que tem escassa meia dúzia de anos — a idade de uma criança que começa a aprender as primeiras letras — lembrando as nossas frustrações antigas, nem se pode dizer que seja longa a espera. . .

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

É preciso força de ânimo para enfrentar, sem desistir, qualquer esforço prolongado. A mentalidade dominante na sociedade tecnológica, deste final de século em que vivemos, é que tudo se há-de obter logo e já; e o consumismo, afloramento de uma concepção materialista da vida, tende também a dar ênfase ao que é imediato. Como consequência, e em resultado da crise mundial, alastra a instabilidade política e agravam-se os problemas.

Ao persistir, ano após ano, no cumprimento das tarefas, prescritas pelas nossas leis fundamentais, relacionadas com o desenvolvimento da Região, o Governo assinala o caminho a percorrer. Caminho de trabalho, de perseverança — caminho de esperança.

Disse.

(*Palmas do Governo e da bancada do PSD*)

Presidente: Para a continuação da apresentação, dou agora a palavra ao Sr. Sub-secretário Regional do Planeamento.

Sub-secretário Regional do Planeamento (Nunes Liberato): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

1. Mais uma vez temos ocasião de realizar o debate do Plano da Região nos prazos fixados na lei, o que importa salientar neste momento, na medida em que tal possibilidade revela: por um lado, o funcionamento das instituições e, por outro, o facto de a Região dispôr de mais um documento que permite a formação de uma consciência generalizada do esforço de desenvolvimento que se realiza.

É, no entanto, a primeira vez que se realiza o debate de um Plano anual no contexto de um Plano de Médio Prazo formal e previamente aprovado pela Assembleia. Este facto teve como consequência natural uma diferente apresentação do Plano. Estando o Plano de Médio Prazo em vigor e nele se estabelecendo estratégias de desenvolvimento e opções a seguir, ambas merecedoras já de apoio por parte da Assembleia Regional, pareceu ao Governo mais adequado que o Plano de 1983, para além da programação anual, privilegiasse na sua análise as partes referentes às inflexões propostas e às mudanças ocorridas no enquadramento da programação.

2. Compõe-se o Plano de 1983 de um documento principal — o Plano propriamente dito — e de dois anexos, correspondendo um à programação decorrente da actividade normal do Governo e o outro à programação das acções de reconstrução desencadeadas na sequência do sismo de 1 de Janeiro de 1980.

Foram igualmente distribuídos aos Srs. Deputados documentos relativos à evolução recente da situação sócio-económica da Região e aos investimentos a realizar em 1983 pelo sector público empresarial e ainda um quadro resumo do investimento por ilhas.

3. Mantém-se as linhas gerais que têm norteado a acção do planeamento na Região Autónoma dos Açores, linhas estas que, sendo as prosseguidas na Região desde há algum tempo, têm vindo também a ser aplicadas quer a nível nacional, quer ainda ao nível de países estrangeiros.

A ideia de um plano com especial incidência nos aspectos macro-económicos e globais entrou em nítida crise. Os planos clássicos contendo objectivos macro-económicos detalhados (como sejam a criação de empregos e o crescimento do Produto Interno Bruto, previsões minuciosas e instrumentos de política económica pormenorizada) têm-se tornado impossíveis de preparar.

E tal tem acontecido, porque indiscutivelmente mudou o pano de fundo em que se insere o processo de planeamento.

Quais as razões dessa mudança?

Em primeiro lugar, a elevada instabilidade da economia mundial, cuja oscilação em aspectos essenciais, como os preços (das matérias primas, em geral, e do petróleo, em particular), e as paridades monetárias, tem por si só pulverizado todas as previsões macro-económicas, tornando-as arriscadas ou irrelevantes.

Em segundo lugar, a crescente dependência do exterior das economias nacionais, (as europeias em particular, por força do reforço do Mercado Comum). O comércio externo tem aumentado a taxas superiores ao produto, o que naturalmente reduz a possibilidade de controlar internamente as variáveis económicas.

Em terceiro lugar, a necessidade de valorizar aspectos qualitativos que o planeamento meramente quantitativo dificilmente abrange: a qualidade de vida, a protecção e melhoria do ambiente, a utilização dos tempos livres, as condições de trabalho, etc..

Em quarto lugar, em economias onde a inflação se instalou duradouramente, é muito mais difícil realizar projecções macro-económicas, visto toda a informação quantitativa se apresentar distorcida pelas diferentes discrepâncias entre valores monetários e reais.

Finalmente, o insucesso de vários planos em diversos países, durante a década de 70, também contribuiu, significativamente, para a mudança da concepção do planeamento.

4. Significa isto que a estatística macro-económica já não tem sentido ou então que o planeamento não tem utilidade?

Evidentemente que não.

A estatística macro-económica desempenha um papel fundamental na gestão de uma economia seja ela de que dimensão for e deve ser aperfeiçoada, de modo a poder ser utilizada com eficiência. O que dificilmente se pode aceitar nos dias de hoje é fazer depender o êxito de um plano do estabelecimento de metas para essas variáveis. Nesta matéria, continua o Governo a realizar um esforço significativo, através do departamento responsável e em cooperação com entidades nacionais e estrangeiras, no sentido da plena disponibilidade de uma contabilidade económica regional no prazo mais breve possível.

Por outro lado, nas circunstâncias descritas, entendo que se valoriza ainda mais o papel do planeamento. Com

efeito, quanto mais incerto é o futuro da área que nos rodeia, mais necessário se torna ter uma linha de rumo clara que oriente os investimentos públicos, privados e cooperativos da Região. Terá assim consequentemente que ser diferente o tipo de orientação que o Plano pode dar.

5. Que tipo de plano, pois, para a Região? Tal como se referia no Plano de Médio Prazo, o Plano assume-se essencialmente como um conjunto coerente de iniciativas concretas, e localizadas em termos de ilhas, visando o desenvolvimento económico e social da Região e assegurando a qualidade de vida dos seus habitantes. O Plano subordina-se às grandes opções que orientam o desenvolvimento e contém metas quantificadas em diversos sectores.

O Governo desenvolve, aliás, neste momento, outras vias para o planeamento da Região, que consistem, fundamentalmente, na preparação de planos sectoriais a mais largo prazo, podendo servir de base para futuros Planos de Médio Prazo. O sector industrial está a ser o primeiro a ser analisado mas outros se seguirão.

6. O Plano para 1983 contém a análise dos enquadramentos internacional e nacional; capítulos sobre a Região e as grandes opções do Plano; as linhas gerais de orientação e medidas de política; e, por último, os programas e os seus objectivos.

Confirmaram-se as previsões realizadas no âmbito do Plano de Médio Prazo no que diz respeito à situação económica internacional. No entanto, se a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto dos países membros da OCDE coincidiu, em 1981, rigorosamente com a que prevíamos (+1,2%), já para 1982 a previsão revista é agora inferior: apenas +0,5%, contra os 1,5% referidos no Médio Prazo. Isto significa que a retoma da actividade económica, de acordo com as previsões mais credenciadas, é de novo adiada internacionalmente por mais um ano, para 1983 (cujo crescimento se estima em +2,5%), ou então mesmo para 1984. Apenas no campo da inflação se fizeram alguns progressos, à custo de políticas de restrição.

Na verdade estamos perante um ambiente de recessão internacional, verificando-se uma grande dificuldade em retomar os ritmos de crescimento de um passado não muito longínquo.

Tal situação não pode deixar de se reflectir na Região, quer pelas suas consequências na economia nacional, quer pelo aumento do custo das importações que deriva da valorização do dólar, quer ainda pela incidência das políticas monetaristas implementadas nos Estados Unidos da América do Norte, nas comunidades emigrantes.

Também no enquadramento internacional, gostaria de fazer referência à conclusão, após nove anos de difíceis e árduas negociações, da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, cujo resultado final é de grande interesse para a Região, embora a sua aplicação prática esteja condicionada pela eventual não ratificação do Tratado pelos Estados Unidos da América.

7. Mantém-se a situação grave da economia nacional. Aliás, as previsões constantes no Plano de Médio Prazo da Região vieram a revelar-se, neste domínio, um pouco optimistas.

O défice externo, a inflação e o desemprego são as prin-

principais componentes da crise, revelando os desequilíbrios estruturais da economia portuguesa. A importância estratégica do défice externo tem aconselhado, no entanto, que ele, constitua o objectivo número um da política económica, mesmo que tal desiderato possa prejudicar parcialmente a política de desenvolvimento. São previsíveis, contudo, crescimentos do Produto Interno Bruto da ordem dos 2,5% em 1982 e 1983.

Esta situação tem inevitavelmente consequências na Região, como já foi analisado no Plano de Médio Prazo, como é o caso por exemplo, ao nível do mercado continental dos produtos açorianos e ao nível dos instrumentos de política económica não integralmente controlados pela Região. Entende o Governo, no entanto, que a situação é perfeitamente compatível com o financiamento do nosso Plano.

8. O Plano para 1983 apresenta um elenco de acções e de projectos de investimento que atinge o montante de 7.22 milhões de contos, sendo 1.912 milhões de contos destinados aos sectores sociais (26,5%); 2.175 milhões aos sectores reprodutivos (30%); e 2.767 milhões ao sector de infra-estruturas económicas (38,3%). Os sectores de apoio atingem 265 500 contos, enquanto que os investimentos inter-municipais somam 100 mil contos. Mais de 5 milhões de contos do Plano encontram-se identificados como sendo investidos em cada uma das ilhas, limitando-se a 28% a verba não desagregada.

Como já tenho dito aquando da apresentação de Planos anteriores, as prioridades do Governo não poderão ser analisadas através de uma mera comparação de valores atribuídos a cada um dos sectores, visto nem todas as acções propostas terem necessariamente reflexo ao nível dos investimentos: é o caso de medidas de política, nomeadamente as legislativas.

Todavia, creio que é de realçar na apresentação deste Plano o facto de, se bem que mantendo as prioridades e as opções apresentadas no Plano de Médio Prazo, a principal inflexão em relação à programação prevista naquele Plano, dizer respeito ao sector da Educação.

No Plano de Médio Prazo, encontravam-se previstos para 1983, a preços de 1982, 517 000 contos para aquele sector, enquanto que no Plano agora em apreciação se prevêem 906 500 contos, ou seja mais 75%, passando o peso da educação na globalidade do Plano de 8,5% para 12,6%.

Esta alteração deriva de necessidades inadiáveis entre tanto identificadas, entre as quais ressalta a construção de escolas primárias e da Escola Secundária de Ponta Delgada.

Naturalmente que tal inflexão não põe em causa nem a estratégia, nem o modelo de desenvolvimento aprovados no Plano de Médio Prazo, pois os sectores da Agricultura, das Pescas, do Comércio e da Indústria continuam a ser especialmente apoiados pelo Plano na perspectiva do estímulo e orientação do investimento privado ou cooperativo.

No caso das Pescas, o investimento proposto aumenta de 42% em relação ao previsto no Médio Prazo a preços de 1982. O principal peso situa-se na ampliação do programa de portos de pesca.

Foi criado um programa específico para a implementação da Zona Franca de Santa Maria. Por ocasião da elaboração e aprovação do Plano de Médio Prazo, não se dispunha

ainda do enquadramento jurídico que permitisse avançar suficientemente naquele campo. Agora, após a publicação de alguns diplomas sobre o assunto e dos contactos realizados com as Comunidades Europeias, chegou o momento de inscrever a respectiva verba, que permitirá o arranque do projecto em 1983.

No sector do Comércio, está previsto também uma nova iniciativa: a criação em várias ilhas de parques de enchimento e armazenagem de combustível gasoso.

Dá-se, por outro lado, cumprimento efectivo à legislação, entretanto aprovada pela Assembleia Regional, relativa a vários sectores da economia açoriana, prevendo-se verbas para o efeito, a aplicar de acordo com os critérios previstos nessa legislação.

Mantém-se, no essencial, a programação do sector das infra-estruturas de transporte, onde avultam, pela sua dimensão e importância para o desenvolvimento da Região, o porto da Praia da Vitória e a nova pista do aeroporto de S. Miguel.

Prevê-se ainda para muito breve a conclusão do aeroporto de S. Jorge e o início das obras do porto da Vila do Porto em Santa Maria.

Pela primeira vez se inscreve no Plano um projecto especificamente destinado à preparação de quadros tendo em vista a integração nas Comunidades Europeias, o que não significa que esta acção só tenha início em 1983.

As acções de sensibilização e os contactos com parceiros sociais decorrem desde há algum tempo a esta parte e os estágios na Comunidade por técnicos da Região atingem, neste momento, o número de quatro. Estes estágios, para além de representarem um investimento considerável, têm como contrapartida um conhecimento profundo dos mecanismos internos da Comunidade, devendo o mesmo revelar-se útil e rentável após a adesão. Pareceu, entretanto, ao Governo vantajoso que esta acção fosse programada no âmbito do Plano, o que agora se concretiza.

9. O processo da adesão às Comunidades Europeias, que mais uma vez se encontra implícito em todo o Plano, em especial nos sectores produtivos, prossegue de uma forma não muito diferente da que tive ocasião de transmitir a esta Assembleia, quer no Plenário de 13 de Março de 1981, quer na reunião da Comissão Especializada do dia 12 de Maio de 1982.

Encontram-se concluídos vários capítulos de negociação, abrangendo, no que diz respeito à Região, os regimes de transporte rodoviário, de preços e transportes do Tratado da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, e da fiscalidade dos Tabacos.

Discute-se, actualmente, o regime do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e vai iniciar-se o debate dos «dossiers» da agricultura e das pescas que com o «dossier» orçamental encerrarão a negociação. E isto sempre com a presença da Região Autónoma, a qual se tornou possível a partir de 1980.

Não esconderei que a negociação enfrenta, neste momento, algumas dificuldades face à necessidade imposta por um país membro de se realizar um minucioso inventário das consequências do alargamento para as Comunidades e de se esperar pela resolução de vários problemas internos das

consequências do alargamento para as Comunidades e de se esperar pela resolução de vários problemas internos das mesmas Comunidades, antes de se concretizar a adesão.

É indispensável, no entanto, que, caso haja alguma pausa, e para tal aponta a reunião a nível ministerial ontem realizada, essa pausa venha a ser aproveitada para reforçar a preparação interna da adesão e não para a adiar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

10. Em resumo, permanecem válidas para o Plano de 1983 as grandes opções que foram aprovadas e consagradas no Plano de Médio Prazo, tais como:

- modernizar e desenvolver a estrutura produtiva regional, por intermédio de adequados estímulos ao investimento e da diversificação da economia;
- reforçar a unidade da Região pelo desenvolvimento dos sistemas de transportes e comunicações, mormente as suas infra-estruturas, compatibilizando as acções de investimento em cada ilha;
- estabilizar a população açoriana, nomeadamente através da satisfação das suas necessidades básicas e do desenvolvimento social da Região;
- aproveitar racionalmente os recursos naturais, designadamente os energéticos;
- respeitar o Ambiente, preservando a qualidade de vida da Região.

11. Encontram os Srs. Deputados ainda no Plano em análise a discriminação das medidas de política que o Governo pretende implementar durante o próximo ano, bem como a descrição dos vários projectos no anexo 1, onde se fez um esforço de progresso na sua quantificação material.

12. O Governo apresenta como anexo 2 a programação para 1983 do Gabinete de Apoio e Reconstrução, o qual pode ser encarado numa perspectiva semelhante à do Plano propriamente dito.

Ainda em 1983, pareceu útil continuar a autonomizar a respectiva programação, dadas as suas características específicas. Prevê-se um investimento de 1,76 milhões de contos, destinando-se cerca de 450 mil a construções habitacionais e 1 milhão e 70 mil ao apoio à reconstrução (nomeadamente à reconstrução do património arquitectónico e de edifícios de interesse público, ao fornecimento de matérias e à bonificação de juros).

13. Foi ainda distribuído um documento sobre o investimento em 1983 do sector público empresarial da Região, é aliás a primeira vez que o Governo o prepara desta forma.

O investimento diz respeito a quatro empresas do sector público e atinge um pouco mais de um milhão de contos, correspondendo 88% à Empresa de Electricidade dos Açores – EDA, E.P..

É de realçar que apenas 20% deste investimento necessita de comparticipação do Governo, comparticipação essa que se encontra prevista nas respectivas rubricas do Plano. Além disso, 23% do investimento corresponderá a autofinanciamento.

14. De igual modo, foi distribuído um documento de análise da evolução recente da situação sócio-económica da Região. Este, constituindo um diagnóstico preciso dos problemas da Região, tem sido produzido semestralmente e transmitido aos Srs. Deputados.

Finalmente, uma palavra sobre a execução do Plano. Ela é ainda mais importante do que a sua concepção. O Governo continua a aperfeiçoar a elaboração dos Relatórios de Execução trimestrais, semestral e anual, seja na sua oportunidade, seja no seu conteúdo e tem-nos enviado regularmente à Assembleia Regional.

Esses relatórios julgo poderem constituir um importante instrumento de reflexão, por parte dos Srs. Deputados.

15. Em conclusão, as acções previstas no Plano de Médio Prazo inserem-se no modelo de desenvolvimento defendido no Plano de Médio Prazo, e cito o mesmo:

«Assente numa economia de mercado, onde o sector privado goza de livre iniciativa nos termos da lei e é incentivado por estímulos governamentais». Tal opção é complementada pelo controlo de sectores básicos da economia e pela intervenção do Estado em casos de reconhecida necessidade quando haja de assegurar o interesse público.

16. Este é, pois, o conjunto de documentos que o Governo preparou no âmbito do Plano para 1983. O Governo tem consciência que há aspectos a aperfeiçoar, nomeadamente em matéria de calendário, e irá apresentar, muito em breve, propostas legislativas sobre o assunto. Tem, por outro lado, consciência que foi dado mais um passo no sentido da qualidade e quantidade da informação prestada à Assembleia Regional e que este Plano representará, sem dúvida, mais um avanço significativo no desenvolvimento económico e social dos Açores.

Muito obrigado.

(*Palmas do Governo e da bancada do PSD*)

Presidente: Para a conclusão das apresentações, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças, que apresentará, especificamente, a proposta de Orçamento para 1983.

Secretário Regional das Finanças (Raul Gomes do Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma vez mais subo a esta tribuna para apresentar a proposta de Orçamento para 1983.

Tal como se tem verificado desde o início da vigência dos órgãos de Governo próprio da Região, também este ano a proposta de Orçamento foi elaborada e entregue à Assembleia Regional a tempo de poder ser aprovada no ano anterior àquele a que respeita, de acordo com a obrigação que assumimos.

Esta regularidade tem permitido a sua execução normal compreendida no período de tempo a que diz respeito e tem contribuído para a concretização, ano após ano, dos objectivos fixados no Plano de Desenvolvimento da Região, mercê da estabilidade financeira conseguida.

Da análise da presente proposta ressalta, desde logo, uma clara evolução das finanças regionais, traduzida num crescimento considerável, quer no que concerne ao montante global das receitas quer no que diz respeito ao volume das despesas públicas, designadamente das despesas de investimento.

É significativa a diferença verificada neste sentido entre a presente proposta de Orçamento e o Orçamento proposto para o primeiro ano de vigência da autonomia democrática.

Volvidos que são seis anos, constata-se que o valor global previsional cresceu cerca de 10 vezes, passando de um

milhão seiscentos mil contos para 16 milhões de contos.

Há que admitir, contudo, que o crescimento das despesas correntes, nesse período, se processou a um retorno mais acelerado do que as despesas de investimento. Isto porque houve que assumir, gradual mas rapidamente, os encargos com os serviços periféricos do Estado entretanto integrados na administração regional.

Todavia, as previsões a partir de 1981 apontam para uma inversão dessa tendência, já que o crescimento das despesas correntes de 81 para 82 e de 82 para 83 se situa respectivamente em 17,5 e 21,2% enquanto o crescimento das despesas de investimento atinge, no mesmo período, níveis bastante mais elevados: 25 e 32,7%.

Os avultados encargos com o funcionamento dos serviços e sobretudo a imperiosa necessidade de continuar a dotar a Região das infraestruturas básicas de desenvolvimento que demandam grandes volumes financeiros, têm dado origem à formação de défices orçamentais para cujo financiamento houve já que recorrer a empréstimos.

Tem-se como certo que a actual estrutura orçamental se manterá até que se encontrem satisfeitas as condições básicas de desenvolvimento dos Açores. Só então será possível obter-se reduções importantes nas despesas de investimento e caminhar-se para o maior equilíbrio das finanças públicas regionais.

Não obstante, tem sido possível impôr austeridade nas despesas públicas, mercê duma criteriosa política de contenção exigida pela actual conjuntura económica nacional e internacional.

Neste domínio e simultaneamente com a desaceleração dos consumos públicos não reprodutivos, haverá que promover a obtenção de acréscimos de produtividade. Este será um objectivo prioritário a atingir.

Estão a dar-se passos significativos nesse sentido. Veja-se que, deduzidos os encargos da dívida pública contraída pela Região, as despesas correntes acusam um aumento de apenas 19% o que significa uma redução das mesmas em termos reais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Praticamente integrada toda a administração regional, incluindo o sector público empresarial, o orçamento apresenta os seguintes valores globais:

Receitas: 16 milhões de contos;

Despesas correntes: Sete milhões seiscentos e quinze mil contos;

Despesas de capital: Sete milhões quinhentos e setenta e um mil contos;

Contas de ordem: Oitocentos e catorze mil contos.

A previsão global das receitas correntes foi fixada em sete milhões seiscentos e quinze mil contos, o que representa cerca de 48% da totalidade dos recursos orçamentais estimados para 1983 e reflecte um acréscimo de 23% relativamente ao orçamento em vigor.

As receitas fiscais da Região, conjuntamente com as transferências do Estado assegurarão as necessidades de funcionamento dos serviços regionais mantendo-se assim o desejado equilíbrio do orçamento corrente.

Cabe aqui referir que não tendo ainda sido possível aos órgãos de governo próprio regionais actuar directamente so-

bre a composição, distribuição e peso da carga fiscal, as receitas fiscais constituem para a Região um dado que ela não pode influenciar, pelo que nos limitamos a estimar o seu montante, de acordo com os métodos geralmente utilizados para o efeito.

A Revisão Constitucional recentemente promulgada, veio permitir a abertura desejada para a Região poder interferir nesse domínio, impondo-se agora tomar medidas que visem a adaptação do sistema fiscal às realidades económicas, sociais e institucionais açorianas, por forma a obter-se maior eficácia no fomento do investimento do sector privado, a corrigir-se melhor as assimetrias regionais e a desmotivar-se a poupança socialmente pouco reprodutiva.

Neste sentido posso adiantar que está seguindo os seus trâmites um projecto de ante-proposta de lei elaborado pela Secretaria Regional das Finanças, que será oportunamente apresentada a esta Câmara.

Vencer-se-á assim mais uma etapa do projecto autonómico dos Açores. Passar-se-á a dispôr duma estrutura financeira adequada à realidade insular marcada por dificuldades específicas decorrentes do isolamento, da dispersão geográfica e da pequena dimensão dos mercados.

No domínio das receitas de capital destacam-se as verbas provenientes de acordos internacionais que dizem respeito à utilização pelos americanos da Base das Lajes e as facilidades concedidas ao Governo francês na Ilha das Flores, extensivas a todo o arquipélago.

Convém ter presente que a verba relativa à Base das Lajes corresponde à contrapartida recebida pela Região nos termos do acordo celebrado com os Estados Unidos em Junho de 1979, cujo prazo termina em princípios do ano próximo.

Espera-se que a referida contrapartida venha a ser substancialmente aumentada no âmbito das negociações em curso, aquando da revisão daquele acordo.

As restantes receitas de capital respeitam a transferências a efectuar pelo Estado, a título de custos da insularidade, nos termos do que dispõe o Estatuto Político-Administrativo da Região em montante que, no mínimo, se situa em um milhão e quinhentos mil contos e, finalmente, o produto de empréstimos que eventualmente a Região se veja forçada a contrair no próximo ano para ocorrer às suas necessidades de financiamento.

A propósito dos custos da insularidade que acabo de referir gostaria de recordar que, no corrente ano, foram dados passos significativos no sentido de vincular o Estado a assumir os custos resultantes das desigualdades derivadas da insularidade, em conformidade com o que dispõe o artigo 80.º do Estatuto da Região.

Com efeito no início de 1982, foi criado um grupo de trabalho, integrado por representantes dos Governos da República e Regional, com a finalidade de proceder à reaprecação das relações financeiras entre a administração central e a Região Autónoma dos Açores.

As propostas apresentadas pelos representantes açorianos no decorrer dos trabalhos do referido grupo, visaram o estabelecimento de uma nova metodologia a ser utilizada na determinação da comparticipação do O.G.E. no financiamento das despesas regionais, a qual permitiria identificar

com rigor, os custos da insularidade com expressão no orçamento regional.

Por outro lado, foram igualmente apresentadas propostas no sentido de quantificar os custos da insularidade que incidem directamente sobre a população residente no arquipélago.

Infelizmente não foi possível obter o consenso dos representantes da administração central para as propostas então formuladas, situação que veio posteriormente a ser ultrapassada em parte e através de contactos pessoais estabelecidos com as entidades responsáveis do Governo da República.

Em consequência desses contactos ficou acordado que, no corrente ano, seria efectuada uma transferência adicional para o orçamento da Região, no montante de um milhão e quinhentos mil contos, a título de custos da insularidade, o que acontece pela primeira vez, e como tal deverá ser assinalado.

Ficou igualmente entendido que não seriam imputados à Região quaisquer encargos com os défices de exploração das empresas públicas do sector dos transportes, designadamente, TAP, CTM e ANA, bem como os subsídios suportados pelo Fundo de Abastecimentos, importâncias que, no seu conjunto, excedem três milhões de contos.

Não posso deixar de reconhecer que, nas negociações havidas sobre este assunto, tão melindroso quanto complexo, os objectivos pretendidos pela Região, que consideramos justos, não foram totalmente alcançados. Contudo, é de sublinhar que, em certos aspectos, se conseguiram avanços significativos, que em muito poderão contribuir para uma correcta redefinição das relações financeiras entre o Estado e a Região.

Posto isto e retomando o fio do discurso, as despesas orçamentais foram fixadas no montante de 16 milhões de contos, sendo sete milhões seiscentos e quinze mil contos de despesas correntes, trezentos e cinquenta mil contos de despesas de capital e sete milhões duzentos e vinte mil contos de despesas do Plano e, ainda, oitocentos e catorze mil contos relativos a contas de ordem.

Eni relação ao orçamento revisto para o corrente ano, verifica-se um acréscimo de 22%.

Considerando as despesas segundo a sua natureza económica constata-se que, no seu conjunto, as despesas de funcionamento e as despesas do Plano, correspondem respectivamente a 50% e 45% do total das despesas orçamentadas, enquanto os restantes 5% dizem respeito a contas de ordem.

Para 1983 as necessidades de financiamento do orçamento regional situam-se na ordem dos 9,1 milhões de contos, as quais deverão ser supridas, como já referi, com a comparticipação do Estado decorrente das obrigações constitucionais e estatutárias, um montante que, *no mínimo*, se estima em 4,7 milhões de contos, acréscimo de receitas em montante que não é ainda possível precisar, derivado da renegociação do acordo da Base das Lajes e, na parte restante, com recurso ao crédito.

A terminar, acho que haverá interesse em informar esta Câmara, no que se refere ao financiamento do défice previsto no orçamento em vigor, que dispondo da receita adicio-

nal de um milhão e quinhentos mil contos atribuída a título de custos das desigualdades derivados da insularidade e da mais valia de outras receitas próprias da Região que se estima arrecadar no corrente ano, prevejo que não será necessário recorrer ao crédito, evitando-se assim o agravamento da dívida pública regional.

Este facto contribuirá sem dúvida para se encarar com relativa tranquilidade o desequilíbrio orçamental previsto para o próximo ano de 1983 que é, aliás, consequência directa e imperiosa das necessidades de desenvolvimento da Região e, como tal, terão de ser satisfeitas mesmo com o sacrifício de todos.

Muito obrigado.

(Palmus do Governo e da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os trabalhos para a formulação de pedidos de esclarecimento aos Srs. membros do Governo Regional, que acabaram de fazer a apresentação das propostas do Plano e Orçamento.

Os trabalhos ficarão interrompidos por 30 minutos.

Volto a sugerir que, na medida do possível, os pedidos de esclarecimento sejam apresentados por escrito.

Depois de apresentados oralmente, os pedidos de esclarecimento, o Governo vai também dispôr de algum tempo, para poder preparar as suas respostas.

Assim sendo, estão interrompidos os nossos trabalhos.

(Eram 17 45 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradece-se o favor de retomarem os seus lugares.

Estão reabertos os trabalhos.

(Eram 18 15 horas)

Eu pergunto ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata se tem algumas perguntas ou pedidos de esclarecimento a apresentar.

Tem um pedido de esclarecimento, muito bem.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista também tem.

O Sr. Deputado Fernando Monteiro tem igualmente.

Então, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Melo Alves, para apresentar um pedido de esclarecimento.

Deputado Melo Alves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No parecer da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros, sobre a proposta do Orçamento para 1983, sugerem-se algumas alterações, designadamente quanto a transferências, ao abrigo dos artigos 80º e 85º do Estatuto da Região.

Pergunta-se:

— O que pensa o Governo acerca deste assunto?

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Roberto Amaral para apresentar pedidos de esclarecimento.

Deputado Roberto Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho cinco perguntas que depois entregarei, por escrito, ao Governo para facilitar a resposta.

1ª — Para além das iniciativas legislativas, já publicadas, que acções concretas pensa o Governo desenvolver quanto à zona franca de Santa Maria?

2ª — Que perspectivas existem quanto à adesão da iniciativa privada a iniciativas de implantação de actividades

industriais, e ou, comerciais na mesma zona franca de Santa Maria?

3ª – Qual o montante efectivo de acréscimo de receitas próprias, para arrecadar ainda este ano, em relação às programadas no Orçamento já apresentado?

4ª – Quais as principais linhas orientadoras da anteposta de lei sobre a adaptação do sistema fiscal vigente às realidades económicas, sociais e institucionais da Região?

5ª – Qual a posição da Região, face ao adiamento para 1986 – não se sabe ainda bem – da integração de Portugal no Mercado Comum?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa para apresentar os pedidos de esclarecimento.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Em relação às apresentações feitas, tenho igualmente cinco questões a pôr:

1ª – Porque esquece o Governo Regional que a debandada, após o sismo de 1980, não se verificou porque as portas da emigração se fecharam?

Interessaria mais saber se o Governo Regional já encorajou a possibilidade do regresso maciço, dos nossos emigrantes, em virtude do agravamento da situação económica nos Estados Unidos da América e Canadá?

2ª – Gostava de ver enunciados alguns exemplos, concretos, de racionalidade administrativa, introduzidos na administração pública regional, e de sacrifício que o Governo Regional se têm imposto, para a contenção de despesas não reprodutivas?

3ª – A solidariedade internacional, evocada pelo Sr. Presidente do Governo Regional, é apenas outro nome para as contrapartidas das Bases das Lajes e Flores ou tem qualquer outro fundamento real?

4ª – Gostava de ver discriminado, pormenorizadamente, quais das infleções do Plano para 1983 ^{que} devem, respectivamente, à evolução dos preços, à execução do Plano para 1982 e às alterações da conjuntura económica e social?

5ª – Gostava de saber, igualmente, se a receita do Governo Regional para combater o bairrismo e o seu exacerbamento, que foi referido pelo Sr. Presidente, tem alguma coisa a ver com a concebida planificação simultânea do aeroporto de S. Miguel e do porto da Praia da Vitória?

Presidente: A Sra. Deputada Conceição Bettencourt tem a palavra para apresentar pedidos de esclarecimento ao Governo Regional.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma das perguntas está relacionada com a que o Sr. Deputado Roberto Amaral fez sobre a zona franca em Santa Maria, porém como vai um pouco mais além não deixarei de formulá-las:

1ª – Ao preconizar a instalação da zona franca de Santa Maria, o que entende e que alcance tem, concretamente o Governo Regional, em mente quanto aos sectores comercial, industrial e financeiro?

De um modo especial, que indústrias? Que operações financeiras? Quais as vantagens, possíveis, no campo de reinvestimento para o desenvolvimento da Ilha?

2ª – Que critérios subjazem ao dimensionamento do

futuro porto da Ilha de Santa Maria?

Para além das necessidades imediatas do abastecimento e eventuais exportações dos produtos locais, foi tomada em consideração a instalação, e suas consequências, da zona franca?

3ª – Que acções, para além do aumento do património escolar, foram tomadas para viabilizar a via profissionalizante do ensino, quando se não constata qualquer projecto específico no anexo ao Plano? Estarão, ainda, tão indefinidas que, eventualmente serão suportadas pelas chamadas «*verbas desagregadas*» ou então foi essa opção, do Plano a Médio Prazo, abandonada?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Daniel de Sá para apresentar as suas perguntas.

Deputado Daniel de Sá (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

O aumento desproporcional das despesas correntes em relação às do investimento, penso que se deve, em parte, à enormidade de funções dispensáveis, que se criou na Região.

O Sr. Secretário Regional das Finanças tem elementos suficientes que lhe permitam desmentir esta opinião?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça para apresentar pedidos de esclarecimento.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu desejaria colocar dois pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente do Governo Regional.

1º – Como entende o Sr. Presidente o âmbito de desenvolvimento cultural da Região, tal como referiu, com manifestações e acções culturais de jovens, quando o Plano para 1983, neste sector só prevê a valorização artístico-patrimonial, instalação de casas etnográficas e apoios a filarmónicas?

2º – Como se concilia o conceito, também referido pelo Sr. Presidente do Governo Regional, de «Programação Realista», tal como vem inscritos no Plano, quando para investimentos de natureza completamente diferente, se inscrevem verbas iguais?

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart tem a palavra para apresentar pedidos de esclarecimento.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional:

Nesta oportunidade, faço-lhe duas perguntas:

1ª – O aumento da importância geo-estratégica dos Açores, que não contestamos, tem também por contrapartida, o aumento da sua vulnerabilidade. Que medidas tomou já o Governo, ou pensa tomar, no sentido de garantir a diminuição dos riscos reais existentes e de outros potencialmente emergentes do agravar das tensões internacionais, designadamente no contexto da corrida armamentista?

2ª – Qual a posição do Governo quanto à eventualidade da Região se ver confrontada com um pedido formal, por parte da NATO ou dos Estados Unidos, de ser autorizada a colocação ou estacionamento de armas nucleares no território dos Açores?

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Monteiro tem a palavra para apresentar os seus pedidos de esclarecimento.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente,

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de saber se posso apresentar todas as perguntas que tenho em carteira.

Presidente: Ficou entendido que as perguntas poderiam ser apresentadas agora, mesmo as sectoriais, só que as segundas seriam respondidas pelos Srs. Secretários Regionais, apenas aquando do momento em que intervissem nos debates.

Se o Sr. Deputado entende que deve apresentar as perguntas já, eu penso que não há inconveniente em que o faça. Não poderá, contudo, contar com a resposta a todas elas, quando, dentro de momentos, os três Srs. membros do Governo que vão responder, derem as respostas.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sim, Sr. Presidente. Eu até julgo que tenho que dar um certo tempo de reflexão aos Srs. membros do Governo. Eu prefiro que haja tempo. . .

Deputada Cinelândia Sousa (PSD): Voz inaudível.

O Orador: Olhe, há uma pessoa ali que é membro do Governo que está a responder-me!

(Risos)

Sr. Presidente do Governo Regional, ainda com os ouvidos quentes da sua maravilhosa, doce e patriótica alocução, gostaria de perguntar-lhe se este período áureo de seis anos de autonomia, que acabou de definir, não teve repetição histórica, ao longo dos 500 anos de vida regional?

Lembro, nomeadamente, um período muito bom da vida do arquipélago, no século passado — não me lembro dele mas a história conta-o — de 1860 a 1870, onde houve iniciativas de grande vulto. Recordo, igualmente, o fim do século passado, em que se montou, praticamente, a maior parte do parque industrial. Não recordo pessoas, que naturalmente invoço com muita admiração e, se calhar, até alguns de nós, trazemos essa brilhante geração no sangue.

Gostaria, também, de saber em que situação, de facto, se encontram as negociações da base das Lajes?

E finalmente, qual a troca ou troco político para conseguir a cobertura do déficite regional pelo Governo da República?

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional das Finanças, qual é o déficite do Orçamento Regional. É uma coisa que eu tenho imensa dificuldade em perceber. Como pode ser desagregado e entendido?

Quais as obrigações constitucionais para a cobertura do déficite da Região?

Quais são, a preços correntes, as contrapartidas da base das Lajes, neste momento em que estamos perante o Orçamento da Região?

Qual o limite do recurso ao crédito, por parte do Governo Regional?

Como se compreende, só terem sido concedidos 100 mil contos para os investimentos intermunicipais, tendo em consideração a crise financeira das Câmaras Municipais?

Ao Sr. Sub-secretário do Planeamento, gostaria de perguntar qual é o agravamento real do índice de preços da Região?

Está a população regional, minimamente preparada para a integração europeia em 1985 — excluindo o Sr. Secretário que, eu sei, está bem preparado?

(Risos)

Como prevê o papel da ERPI, EP, na implementação da zona franca de Santa Maria? Para quando? Qual a participação da Ilha no processo?

Para os Srs. Secretários dos outros sectores, igualmente ao abrigo das disposições estatutárias, perguntaria:

— Ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, quanto ao projecto 1.1., no programa número 1:

Porque existem custos de salas tão díspares? Ou entenderia mal? Por exemplo, na escola do Livramento cada sala custa 1.500 contos enquanto na escola da Várzea custa 3 000 contos.

— Quanto ao projecto 1.2.:

Porque se fazem ainda salas pré-fabricadas na Terceira?

— Quanto ao projecto 1.4.:

Porque se fazem ainda salas pré-fabricadas em São Jorge?

— Quanto ao projecto 1.5.:

Deve haver um erro em relação à escola de São Mateus do Pico uma vez que para ela, no Orçamento para 1983, se prevê 75 mil contos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Reis Leite): Voz inaudível.

O Orador: Pronto, está respondido! Não tenho esse trabalho.

— Quanto ao projecto 1.7.:

Porque é que o edifício de uma sala de aulas, para a escola da costa do Lajedo, custa 5 000 contos?

No programa 1. na página 31 do anexo 1, diz-se que:

«A melhoria nas condições de trabalho dos docentes e alunos, e consequentemente melhoria na qualidade e resultados do ensino . . . ».

Acredito. É possível. Contudo, constitui uma componente bem pequena dessa minoria.

— Quanto ao programa 2.:

Apesar da construção de escolas preparatórias e secundárias ser muito meritória como acção de qualquer governo — que apoiamos decididamente, fazendo o mesmo se tivéssemos igual incumbência — faço o seguinte reparo, quanto ao projecto 2.2.:

Porque são tão caras as escolas projectadas quando as limitações orçamentais e financeiras são enormes? Não haverá uma concepção demasiado luxuosa das mesmas?

Recordo o meu tempo, quando frequentei a 4ª classe há 35 anos e depois os bancos do liceu, e sei que a evolução é maravilhosa mas, não existe qualquer dúvida que para mim tão luxuosa concepção é assustadora.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Reis Leite): Cada um sabe das suas idades!

(Risos)

O Orador: É também para lhe facilitar, uma vez que o seu brilho ajuda-me.

(Risos)

— Projecto 2.3.:

Porque são tão caras as escolas projectadas quando as limitações . . . bom . . . era uma repetição. Peço desculpa.

(Risos)

Isso faz rir a bancada?

Finalmente pergunto porque não se concebe uma esco-

la preparatória na costa norte da Ilha de São Miguel? Sugeriríamos . . .

Secretário Regional da Educação e Cultura (Reis Leite): O Sr. Deputado faz as perguntas e dá as respostas.

O Orador: . . . Maia, Lomba da Maia ou Fenais da Ajuda que distam muitos quilómetros da Ribeira Grande e por estradas bastante acidentadas. Apesar de estarem a ser corrigidas continuarão a ser um problema muito grave.

O Sr. Presidente do Governo quer rir? Ria!

No programa 3, projecto 3.1., na página 45, os últimos parágrafos dizem:

«Área coberta da granja universitária da Achada, com 2 000 metros quadrados».

De quê?

(Risos)

Porque não aproveitar a antiga fábrica da baleia para, evoluindo e fazendo alguma coisa de jeito, . . .

(Risos)

. . . pólo universitário da Horta em vez de mais um pré-fabricado?

Estou-me referindo ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, embora o ângulo e dardejo, atinja os dois.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Reis Leite): Religiosamente!

O Orador: No projecto 3.2 e 51, permitam-me que associe os dois.

(Risos)

Querendo-se implementar a investigação científica, em ordem ao melhor apoio às pescas, como se pode conceber que o pólo universitário da Horta seja considerado, neste Plano para 83, com tão poucas verbas?

No programa 6, projecto 6.2 :

Julgando muito pouco significativa a verba destinada à montagem de casas etnográficas, pergunta-se o que serão afinal e com que realismo foram concebidas?

Estão cansados? Eu também estava de vocês!

Ao abrigo das mesmas disposições estatutárias, pede-se ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais que esclareça, no programa 7, porque não é já concebida a reactivação do Hospital da Ribeira Grande, em ordem ao seu pleno aproveitamento, e na sequência das preocupações de descongestionar o Hospital principal de Ponta Delgada?. Recordo que só daqui a cinco anos é que podemos conceber um Hospital novo para o serviço da ilha.

Porque não é já implementado o aproveitamento do Hospital da Ribeira Grande em ortopedia, a mais sentida carência hospitalar da ilha, julgo eu?

— No programa 9. :

Considerando que na freguesia de Rabo de Peixe habitam quase 7 000 pessoas, das quais as crianças constituem uma elevadíssima percentagem;

Como não aparece nada que demonstre qualquer preocupação do Governo Regional por este «guetto» social da Região, pelo menos em termos dum jardim de infância ou creche.

Não será possível emendar este grave erro?

— No programa 10. :

Qual a sociologia empregue ou concebida para resolver o problema dos velhos em todas as freguesias da Região?

A situação será, como se divisa no Plano para 1983, concentrá-los em infraestruturas substancialmente desviadas das suas freguesias? Ou só há velhos nalgumas? Há que rever esta política.

O Sr. Secretário da Educação não é velho, mas talvez tenha que pensar na sua velhice.

(Risos)

— Programa 11 :

Não se adivinha através do Plano a Médio Prazo, nem por este Plano para 83, qual o plano de polivalentes que o Governo Regional tem. Julgo que, pelo menos para mim, este assunto merece melhor explicação.

Ao Secretário Regional do Trabalho perguntaria a respeito do programa 13:

O que é um «centro protegido»?

Já me explicou, mas prefiro ouvi-lo em voz alta.

(Risos)

Como entende a desconcentração geográfica?

Como podem os habitantes das outras ilhas frequentar o Centro das Capelas?

Ao Sr. Secretário Regional do Equipamento Social perguntaria, acerca do programa 14, do projecto 14. 1. :

Quando se fala em conclusão de 12 fogos para funcionários, na Ilha Terceira, que funcionários são? Serão aqueles que a população mais precisa?

(Risos)

— Projecto 14.2.:

Há muito pouco realismo ou desconhecimento da Região aqui. Onde está o levantamento da habitação degradada, por ilhas?

— Projecto 14.4.:

Este sistema está a ser uma forma de desorientação dos beneficiários, e até de endividamento de alguns, pondo em perigo a economia familiar das classes mais pobres, que é enorme. Conheço o drama de Rabo de Peixe, e não é clandestinamente.

— Programa 15:

Porque não foi feito há mais tempo, pelo menos iniciado, o contexto deste programa? Quando começa a ser executado e quando aparecerão as primeiras informações?

— Programa 17:

Estarão previstas secções de serviços de incêndios nalgumas freguesias ou grupos de freguesias?

Estou-me a lembrar, mais uma vez, do distanciamento de algumas freguesias ou grupos de freguesias como a Maia, Lomba da Maia e Fenais da Ajuda.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Voz inaudível.

O Orador: O Sr. também é membro do Governo?

(Vozes inaudíveis de alguns Srs. Deputados)

Posso continuar?

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Estou a ouvir algumas tolices!

(Risos)

O Orador: O Sr. está a dizer que está a ouvir algumas tolices. Pois, elas existem, de facto, implícitas aqui, algumas!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Naquilo que o Sr. Deputado está a dizer . . .

O Orador: Bem, é natural e até, dito pela sua boca, re-

forçadas.

(Risos)

Ao abrigo das disposições estatutárias, pergunto ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, o seguinte:

— No programa 19:

É suficiente a verba de 2 950 contos para a reconversão vitivinícola da Região?

— No programa 20:

É ou não o pardal uma praga de grandes malefícios?

O que são 975 contos para combate ao mesmo?

É natural que o Sr. tenha um segredo . . .

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Voz inaudível.

O Orador: . . . é natural.

— No programa 24:

Qual a conjugação do projecto de abastecimento de água às explorações agro-pecuárias na Ilha de São Miguel com o programa número 15 e com o início do plano de rega da Ribeira, que está novamente esquecido neste Plano?

— Programa 26:

Quando é acabado o armazém de batata em São Miguel?

Qual o papel do IRASC no projecto que prevê o apoio ao associativismo, referido neste programa?

Estou no fim . . . ou quase!

(Risos)

Ao abrigo das disposições estatutárias, também pergunto ao Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria:

Como serão aplicados e distribuídos os chamados «prémios à indústria», aqueles que são focados no programa número 32?

— No programa 33:

Porque não começou o projecto de actualização das fábricas de cimento ou do aumento da de São Miguel há mais tempo, quando a crise se vai agudizando?

— No programa 35:

Como prevê a solução da poluição, pelo menos sonora, das centrais térmicas de Ponta Delgada e da Ribeira Grande?

Porque é que não é revista a electrificação da Maia em Santa Maria?

— No programa 37:

Como prevê o apoio energético ao sector agro-pecuário de 8 000 contos, sabendo que as disponibilidades estão em rotura?

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Negação inaudível.

O Orador: Se calhar, não estão? Está escrito aqui no programa número 37. Depois há-de-me esclarecer. Tem tempo para isso.

— Programa 38:

Em que situação real se encontra os projectos geotérmicos de São Miguel e Terceira?

Em que situação se encontra o accionamento do armazém polivalente de Santana, em Rabo de Peixe?

Ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, acerca do programa número 42, gostaria de perguntar o seguinte:

Poderemos considerar que as novas iniciativas turísti-

cas de 1983 estão contempladas no último «item» da página 156 do anexo 1?

— No programa 43:

Desejaria ouvir, por parte do Sr. Secretário, uma explanação sobre a matéria. Eu podia explicar mas demoraria ainda mais e não queria fazê-lo.

— No programa 44:

As edições de propaganda previstas e acções de acolhimento de turistas que estão contempladas com 18 000 contos, atingem todas as ilhas? Como? É uma verba não desagregada. O que é, propriamente, animação turística?

— Programa 47:

É possível prever a finalização do porto de Santa Maria em 1984?

Qual o plano de protecção da orla marítima?

Quais as zonas a atingir?

— Programa 48:

Onde ficará o aeroporto de São Miguel? Em que lugar? Onde se vai adquirir dinheiro para fazê-lo? Quanto custará? Oito milhões de contos é o que se diz, será? Talvez esta seja a única tolice que estou a dizer.

Não será preferível ter coragem de dizer que o tão necessário aeroporto de São Miguel só se poderá fazer em 1985 e anos seguintes?

— Programa 49:

Não haverá qualquer alternativa de viabilização da SATA, aumentando as áreas de operação, destinos leia-se, e usando outros equipamentos, aviões de melhor rentabilidade?

Já ouvi, naturalmente, tanta resposta que mais uma não me cansará.

Como se justifica que, em muitos países, a exploração aérea é lucrativa com tarifas ainda mais baixas?

Tenho dentro de mim, plenamente, a noção de insularidade e de dispersão de ilhas.

— Programa 50:

Haverá um erro ou serão mesmo 4 000 contos para a construção de Casas de Matança?

O que são os armazéns polivalentes com uma verba de 3 000 contos ou haverá erro?

Acabei, muito obrigado. Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Mais alguém pretende apresentar pedidos de esclarecimento?

O Sr. Deputado Fernando Faria Ribeiro pede a palavra para?

Deputado Fernando Faria Ribeiro (PSD): Para um pedido de esclarecimento à Mesa.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Fernando Faria (PSD): Se eu bem percebi, foi facultada aos Grupos Parlamentares e diversos Deputados, a possibilidade de formularem perguntas não só sobre as três intervenções aqui produzidas pelo Srs. membros do Governo Regional, mas também sectoriais.

Isso não impede que amanhã nós — que hoje tivemos um entendimento diferente uma vez que prevíamos que na condução dos trabalhos a nossa visão das coisas fosse mais facilitada — possamos apresentar sectorialmente as perguntas que as intervenções e o Plano em si, possam suscitar.

Presidente: Exacto, Sr. Deputado Fernando Faria. Foi

dito, na reunião com os três Partidos, que a apresentação de questões era inteiramente livre, mas igualmente de presumir que o Governo apenas respondesse na parte não sectorial com excepção daquelas que respeitassem ao Orçamento porque esse fez parte da apresentação.

Isto significa, portanto, que os Srs. Deputados que ainda não tiverem apresentado perguntas sectoriais — o que foi quase o caso do PS e inteiramente o caso do PSD, mas suponho não ter sido, de todo, o caso do Sr. Deputado Fernando Monteiro — terão possibilidade de, aquando das intervenções de cada um dos membros do Governo, e em pedidos de esclarecimento subsequentes a cada uma dessas intervenções, que se prevê que sejam de todos os Srs. Secretários Regionais, apresentarem as perguntas que entenderem úteis, nomeadamente quanto aos programas e projectos do Plano que dependem do respectivo sector.

Penso que ficou suficientemente esclarecido. Existe a inteira possibilidade de todas essas perguntas virem a ser apresentadas, num momento posterior.

Agora, pergunto ao Sr. Presidente do Governo Regional quanto tempo julga que vai precisar para dar uma resposta, em face desta panóplia de perguntas.

Nós temos presente que são 7 horas da noite.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente: Eu suponho que um quarto de hora bastará para o Governo preparar as respostas a apresentar, atendendo ao número delas.

Presidente: Então vamos suspender os nossos trabalhos por 20 minutos.

(Eram 19 00 horas)

Presidente: Estão reabertos os trabalhos.

(Eram 19 20 horas)

Vou dar a palavra ao Sr. Sub-secretário Regional do Planeamento.

Sub-secretário Regional do Planeamento (Nunes Liberto): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Várias questões se agrupam à volta do tema da zona franca de Santa Maria.

Comecerei por responder à pergunta que o Sr. Deputado Roberto Amaral me fez sobre este assunto.

O Governo tem preparado um diploma complementar sobre a localização, no mapa, e a forma de gestão da zona franca, que irá aprovar muito em breve. Está, aliás, dependente de algumas diligências que ainda decorrem junto da ANA para regularizar um determinado aspecto do processo. Isso culminará esta tarefa, digamos, na parte legislativa.

De imediato será necessário não só preparar um projecto efectivo em relação aos trabalhos de implantação da zona franca, como também lançar as primeiras infraestruturas na sequência desses trabalhos.

Evidentemente que a posição do Governo Regional é caminhar com prudência e implantar infraestruturas à medida que surgirem interesses privados.

Efectivamente, os interesses privados existem e as perspectivas relacionadas com os mesmos são positivas. Não poderia ser de outra forma, em relação à questão de serem apenas perspectivas, na medida em que se considerarmos que os diplomas legais não estão todos concluídos e que a forma de gestão está, neste momento, ainda por definir, ve-

rificamos que a iniciativa privada não surge de imediato.

De qualquer forma as manifestações de interesse que o Governo Regional tem em carteira são de molde a termos fundadas esperanças de que, na altura oportuna, os interesses privados surgirão.

Quanto à questão da ERPI, EP, colocada nesta linha pelo Sr. Deputado Fernando Monteiro, gostaria de lhe dizer que não está decidido por parte do Governo. No entanto, creio que será uma boa solução e o Governo Regional irá prosseguir nessa linha.

Quanto à participação da ilha nos trabalhos relativos à zona franca, tenho a dizer que, na minha deslocação à Ilha de Santa Maria em Abril passado, tive ocasião de dialogar com as autoridades representativas da ilha, inclusive com os Srs. Deputados.

Infelizmente, não tive o prazer de contactar os Srs. Deputados da oposição, que estavam ausentes da ilha, mas tive ocasião de ter um diálogo frutuoso com as várias autoridades com quem pude contactar.

Quanto à questão das indústrias, colocada pela Sra. Deputada Conceição Bettencourt, a perspectiva do Governo Regional, como já respondi e tive ocasião de referir igualmente quando estive em Santa Maria, é iniciar prudentemente este processo através tanto do armazenamento e manipulação de mercadoria como depois de pequena transformação da mesma. É evidente que a zona franca se poderá desenvolver à medida que os interesses particulares se forem manifestando e o processo se vá desenvolvendo.

O Governo Regional entende que isso será uma boa contribuição para o desenvolvimento da ilha. Não resolve todos os problemas mas será uma contribuição sensível para a sua resolução.

Quanto à questão do porto, o que tenho a dizer é que a zona franca vale em função do aeroporto. A zona franca é concebida para o aeroporto de Santa Maria que é na realidade uma infra-estrutura extremamente poderosa. Isso não quer dizer que o porto não possa ser utilizado em ligação com a zona franca, apenas nessa medida e até pelos espaços envolventes, tanto do aeroporto como do porto. Foi nessa medida que o Governo Regional tomou em consideração a existência do projecto da zona franca para os trabalhos relativos à planificação do porto.

A segunda área de questões, que me é posta, é relativa às Comunidades Europeias e às negociações.

O Sr. Deputado Fernando Monteiro pergunta-me se a Região está, minimamente preparada para aderir em 1985. A minha resposta, é que está.

De qualquer forma está, minimamente. Contudo, como o Sr. Deputado sabe, creio que há sempre muito a fazer nesta matéria. Temos desenvolvido intensos contactos com empresários, sindicatos, associações agrícolas e diversas entidades. Temos realizado conferências e seminários com bastante profusão. Desenvolvemos acções de formação, a nível dos técnicos da administração regional e vamos continuar com essa acção.

Portanto, creio que, por parte do Governo Regional, se tem desenvolvido uma acção bastante intensa em matéria de preparação.

Quanto à questão das datas, colocada pelo Sr. Deputa-

do Roberto Amaral, fala em 86. . .

Deputado Roberto Amaral (PS): Interrogado!

O Orador: Interrogado. Contudo, acho que se pode colocar a situação da seguinte forma:

Na sequência do bloqueio, que um país membro está a fazer, em relação a determinados aspectos da negociação, está-se indiscutivelmente numa certa pausa.

Nessa medida, creio que será muito difícil atingir o objectivo da aderência em 1 de Janeiro de 1984, proposto pelo Governo da República. Como sabem, a seguir ao final das negociações terá que haver a ratificação do tratado de adesão por todos os países membros da CEE e pela Assembleia da República. Nesta medida creio que esse objectivo está, efectivamente posto em causa. Porém, quem tem que reconhecer isso são as autoridades comunitárias e não as nacionais uma vez que as primeiras é que estão em falta efectiva nas negociações neste momento, porque não apresentaram à delegação portuguesa posições reais no domínio da agricultura.

Não creio que cabe, por esta razão, a Portugal o reconhecimento da impossibilidade da adesão em 1 de Janeiro de 1984. De qualquer forma julgo que o 86, então, é uma data cujo apoio não é fundamentado uma vez que tanto poderá ser essa data como 85 ou até 84 se as coisas corressem normalmente bem nas próximas semanas, o que não creio que seja o caso como referi.

Finalmente, em relação à questão dos preços, colocada pelo Sr. Deputado Fernando Monteiro, existem muitas maneiras de calcular os índices dos mesmos. No âmbito do Plano e dos documentos de apoio que o Governo distribuiu poderá encontrar que, na perspectiva da comparação dos primeiros cinco meses de 82 com os de 81, a taxa de inflação na Região é de 23%. A mesma distribui-se de seguinte forma, pelas três principais cidades:

- 23,2% em Angra;
- 23,9% na Horta;
- 22,6% em Ponta Delgada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: A Sra. Deputada Conceição Bettencourt pede a palavra para?

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Para formular um pedido de esclarecimento.

Presidente: Muito bem.

Eu pedia aos Srs. Deputados que os pedidos de esclarecimento, subsequentes às respostas, fossem reduzidos aos aspectos de mera compreensão.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Houve porém perguntas que fiz que não mereceram resposta.

Que operações financeiras?

A páginas 136 do Plano, fala-se em livre circulação de dinheiro. Pergunto se será de câmbio livre, que se destina no campo financeiro à zona franca, uma vez que receio muito esse tipo de zona franca, por motivos óbvios.

Pergunto, igualmente, se o Governo Regional prevê que parte dos lucros auferidos pelas facilidades, pelo menos uma percentagem mínima, deverão ser reinvestidos lá ou se continuará a ser a tal poldra açoriana no Atlântico, consubstanciada aqui em Santa Maria para esse efeito.

Presidente: O Sr. Sub-secretário Regional pretende res-

ponder já?

Sub-Secretário Regional do Planeamento (Nunes Liberrato): Talvez surjam várias questões na mesma linha, não sei?

Presidente: Então, talvez seja preferível que os outros Srs. Deputados formulem primeiro os seus pedidos de esclarecimento ou complemento das respostas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Amaral para o efeito.

Deputado Roberto Amaral (PS): Vou formular um pedido de esclarecimento ao Sr. Sub-Secretário.

É evidente que quando pergunto que perspectivas existem, estou admitindo a existência implícita de algumas, quanto a projectos concretos de implantação.

O que eu queria saber é que projectos são esses?

A minha colega Conceição Bettencourt referiu o domínio financeiro.

Eu pergunto que projectos concretos existem no domínio industrial e comercial, porque quando se planeia um parque industrial ou uma infraestrutura qualquer, a mesma tem que estar planeada em função daquilo para que vai servir.

Portanto eu gostaria de saber se existem, efectivamente, projectos concretos no domínio industrial e, ou, comercial?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Sub-Secretário, eu agradecia-lhe muito que me esclarecesse sobre os seguintes pontos:

Quando falei na participação da população, acerca da zona franca, eu tinha em mente a própria população e não as autoridades representativas da mesma.

Uma vez que a zona franca vai provavelmente influenciar a ilha, em termos dum modelo diferente de vida: em que medida está a preparação e participação da população nesse contexto?

Foi um alargamento da pergunta. Se puder responda-me.

Quanto à integração europeia, de certeza que vai haver um novo modelo de vida para a Região por altura do início e prosseguimento da mesma e por alguns anos. Estão preparados alguns esquemas ou pedagogia com a finalidade de integrar a população?

Recordo, novamente, as escolas, programas televisivos e outras formas de pedagogia que julgo serem muito necessárias.

Eu queria que, se pudesse, me esclarecesse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Sub-Secretário para prestar os esclarecimentos e fazer as precisões necessárias.

Sub-Secretário Regional do Planeamento (Nunes Liberrato): Muito obrigado, serei sucinto.

Em relação à questão que me põe a Sra. Deputada Conceição Bettencourt, sobre os lucros directos e as operações financeiras, direi que:

Quanto às operações financeiras, a perspectiva do Governo e, aliás, dos diplomas preparados e já publicados, é de não fechar as alternativas em relação a desenvolvimentos fu-

turos da zona franca.

Portanto não é limitar à partida, as possibilidades, abertas ao seu desenvolvimento.

Aponta-se, como referi claramente, o início dos trabalhos em relação com o armazenamento e manipulação de carga. Isso é concerteza a linha inicial dos trabalhos.

Quanto aos lucros directos da operação, como já referi na minha deslocação a Santa Maria, não vão ser muito sensíveis, sé-lo-ão essencialmente os indirectos em termos, nomeadamente de receitas de ordem fiscal -- o Sr. Secretário Regional das Finanças podê-lo-á explicar melhor do que eu -- mas, por parte do Governo, há a intenção de fazer esquemas atractivos, exactamente para poder acolher mais iniciativas.

Nessa perspectiva, os lucros directos da operação não vão ser, certamente, sensíveis porque há toda uma atitude de estímulo às iniciativas, de implantação, na zona franca.

A população, como já referi, vai lucrar com este processo e de variadas maneiras. Vai lucrar com a utilização de mão-de-obra, com as actividades subsidiárias da zona franca e com o incremento da actividade da ilha, nos seus mais diversos aspectos.

É, portanto, nesta perspectiva que o Governo Regional vê a colocação dos benefícios da própria zona franca.

Quanto a projectos concretos, não podemos falar em projectos privados, perfeitamente firmes uma vez que o processo legislativo da zona franca não está terminado, aliás, até seria uma irrationalidade, por parte dos próprios investidores privados.

O que temos, na realidade, são projectos concretos em relação a propostas de armazenamento e manipulação de carga. Quanto a este campo existem projectos concretos, na posse do Governo Regional.

Quanto à questão que me põe o Sr. Deputado Fernando Monteiro, sobre a integração europeia, direi que não temos que sobrevalorizar a mesma. O esforço que terá que ser feito pela população, é um «esforço». A pedagogia, a ser feita a nível da educação, é algo feito «de per si» e não em função da integração europeia. Vários aspectos que habitualmente se ligam ao processo, têm que ter lugar, aconteça o que acontecer!

Portanto, nessa perspectiva, não me parece que seja necessário fazer essa pedagogia «tão especial» que o Sr. Deputado propõe.

Volto, contudo, a frisar que estamos desenvolvendo toda uma série de acções de sensibilização. Julgo que, publicamente são notórias -- não só em relação aos empresários como em relação aos sindicatos e aos agricultores -- as acções de sensibilização através dos meios da comunicação social e com conferências e seminários, como há pouco referi.

Muito obrigado.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças (Raul Gomes dos Santos): Quanto à pergunta formulada pelo Deputado Melo Alves, responderei que o Governo aceita a sugestão expressa no parecer da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros.

Deste modo o Governo assume, como estimativo dos

custos da insularidade, também a verba de quatro milhões quatrocentos e quarenta e sete mil contos, inscrita na proposta do Orçamento como passivos financeiros. Poderei dizer que serão desenvolvidos todos os esforços para se conseguir esta transferência do O.G.E..

Quanto às perguntas feitas pelo Sr. Deputado Roberto Amaral, em relação ao montante efectivo do acréscimo de receitas, direi que se estima em números redondos, em dois milhões e quinhentos mil contos, assim discriminados:

- 200 000 contos em receitas fiscais e patrimoniais;
- 300 000 contos em transferências do O.G.E., como impostos de transacções e impostos de venda sobre veículos;
- 1 500 000 contos em custos da insularidade;
- 500 000 contos em mais valias da contrapartida da Base das Lajes.

Quanto às principais linhas orientadoras do projecto de ante-proposta de lei da adaptação da lei fiscal, direi que são:

- Fomentar o investimento no sector privado;
- Corrigir os desequilíbrios regionais;
- Desmotivar a poupança não reprodutiva.

Quanto à pergunta posta pelo Sr. Deputado Daniel de Sá, direi que as funções, que são exercidas pelos serviços regionais, são as correspondentes aos serviços que foram transferidos e que o Governo Regional considera não dispensáveis.

Quanto às perguntas formuladas pelo Sr. Deputado Fernando Monteiro, em relação ao déficit real, terei que lhe dizer que o mesmo resulta da diferença entre as despesas e as receitas. É uma verdade de La Palice, mas não posso dar-lhe outra resposta senão esta.

Quais as obrigações constitucionais?

São aquelas que derivam pelo disposto no artigo 231º, nº 1, da Constituição:

«Incumbe ao Estado suportar as desigualdades derivadas da insularidade».

É na lógica deste conceito que se têm desenvolvido os trabalhos com o Governo Central, na definição e quantificação dos custos da insularidade.

Quais são a preços correntes, as contrapartidas da Base das Lajes?

Pois, sabe que são 20 milhões de dólares. Posso dizer-lhe que basta multiplicar 20 milhões de dólares pela cotação inter-bancária do dia, em que for realizada a operação.

Qual o limite de recursos ao crédito por parte do Governo Regional?

Devo-lhe dizer que não é fácil determinar a capacidade de endividamento da Região porque são vários os factores que podem influir nesse entendimento. O que lhe posso dizer é que a situação actual de endividamento da Região é o empréstimo de dois milhões e quinhentos mil contos, contraídos em 81 para financiamento do déficit orçamental e o montante até 30 milhões de dólares, destinado às tarefas de reconstrução, em face do sismo de 1980.

Como se compreende terem sido concebidos 100 mil contos para os investimentos inter-municipais?

Posso-lhe dizer que os mesmos não servem para resolver o problema das Câmaras Municipais. A inscrição desta verba é feita a título de bonificação de juros para empréstimos

que as Câmaras deverão contrair para o saneamento básico. Daqui pode tirar o efeito multiplicador desta verba, que foi inscrita no Plano.

Era tudo.

Presidente: Eu não sei quem se levantou primeiro, mas por uma questão de cortesia e sem qualquer espécie de . . .

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Marialvismo.

Presidente: . . . marialvismo, não querendo usar a outra expressão que está muito doçurada, e sem querer evocar os juro da idade . . .

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Isso eu dispenso.

Presidente: . . . eu vou dar a palavra à Sra. Deputada Conceição Bettencourt.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu também fiquei sem entender a explicação, bem que seja um dado adquirido. Qualquer criança sabe que o déficite é a diferença negativa entre as receitas e as despesas.

O que acontece é que não ficámos cientes das receitas, até porque, se não me engano, o Sr. Secretário Regional afirmou que o aumento das receitas fiscais não tinha sido ainda determinado. Era vago. Se contarmos, igualmente, com a mais valia resultante das negociações com os norte-americanos, em virtude das facilidades concedidas nas Lajes, também não sabemos esse montante.

Penso que isto é que exprime o verdadeiro sentido da pergunta do Eng. Fernando Monteiro.

Saber, se na realidade é necessário o recurso ao crédito e em que proporção. Portanto, temos que ter uma definição mais rigorosa das receitas, através da aplicação do factor de aumento das receitas fiscais e do indicador daquilo que se vai receber devido à concessão das facilidades nas Lajes. Somando tudo isto poderíamos saber, mais exactamente, qual esse déficite, recorrendo ou não ao crédito.

Parece que, a princípio, o Sr. Secretário admitiu, mas, depois, afirmou estar esperançado em que talvez, não fosse necessário. Isto com números é muito difícil falar-se em esperança, uma vez que são coisas reais, não é? Se admite alguma margem de erro, porque uma previsão é sempre uma previsão, nunca poderá ser em termos de esperança. Oxalá que não aconteça, e de repente cai-nos em cima. não é verdade? — a Sé Velha.

Talvez era isto. Se pode precisar mais o montante que ficará a descoberto.

Presidente: O Sr. Secretário Regional pretende responder já, ou ouvir os outros pedidos de precisão?

Secretário Regional das Finanças (Raul Gomes dos Santos): Não, podia responder já.

Presidente: Então, tem a palavra.

Secretário Regional das Finanças (Raul Gomes dos Santos): A Sra. Deputada estava concertada a referir-se ao orçamento em vigor?

É que existem aqui duas perguntas diferentes. Há uma do Sr. Deputado Roberto Amaral que pergunta sobre o acréscimo efectivo de receitas para 83. O Sr. Deputado Fernando Monteiro pergunta qual o déficite para 1983.

Portanto as respostas têm que ser diferentes, porém os elementos enumerados pela Sra. Deputada, levam-me a pen-

sar que se refere ao orçamento para 1982. Isso já foi respondido ao Sr. Deputado Roberto Amaral. Eu já indiquei aqui o acréscimo efectivo de receitas que se prevê até ao final do ano, onde se vai situar o déficite, diferente daquele que foi previsto. Não é?

Presidente: O Sr. Deputado Roberto Amaral pretende ainda uma precisão?

Deputado Roberto Amaral (PS): Era um pedido suplementar de esclarecimento.

Presidente: Faça favor. Agradecia que fosse sintético por causa do tempo.

Deputado Roberto Amaral (PS): Portanto:

— Tendo sido o déficite, previsto para este ano, de 4,3 milhões de contos;

— Tendo sido o mesmo acrescido, segundo os seus números, de exactamente um milhão de contos em receitas fiscais e um milhão e meio de contos em transferências do O.G.E. para a cobertura dos custos da insularidade;

— Considerando que ainda vão entrar, como fonte de financiamento para este ano, 14 milhões de marcos — à volta de 420 000 contos — como empréstimo, para poder fazer face ao plano de investimentos e arroteias na Ilha do Pico;

Podemos concluir que o Governo, este ano, renunciou a efectuar investimentos no montante, aproximado, de um milhão e meio de contos.

Não será assim, Sr. Secretário Regional?

Secretário Regional das Finanças (Raul Gomes dos Santos): Não, Sr. Deputado. Existe um facto que realmente não pode ser ignorado. É que é difícil atingir situações de plenitude. Sabe perfeitamente que é muito difícil atingir uma execução de 100%.

Portanto, há que contar sempre com uma quebra que se poderá considerar normal na execução do orçamento. É contando precisamente com essa quebra, que eu me atrevi a dizer nesta Assembleia que é provável que não tenhamos necessidade de recorrer ao crédito para financiar o déficite deste ano.

Deputado Roberto Amaral (PS): Porque a quebra prevista é precisamente de um milhão e meio de contos?

Secretário Regional das Finanças (Raul Gomes dos Santos): Eu não tenho números aqui presentes; portanto, não posso precisar.

Deputado Roberto Amaral (PS): Os números, disse-os o Sr. Secretário, agora mesmo.

Eu considero-me esclarecido, quanto a isto, porque efectivamente os números indicam uma renúncia a investimentos no seu Plano, apresentado aqui no valor de um milhão e quatrocentos mil ou um milhão e quinhentos mil contos.

Secretário Regional das Finanças (Raul Gomes dos Santos): Não. Está enganado.

Deputado Roberto Amaral (PS): A outra pergunta, que também acho que não foi considerada, referia-se à ante-proposta de lei sobre o sistema fiscal da Região.

Desejo saber se ela contempla medidas supletivas do facto de, com a adesão ao Mercado Comum e a introdução do imposto sobre o valor acrescentado, a Região vir a sofrer uma quebra substancial nas verbas referentes ao imposto de transacção que recebe actualmente.

Isto, já, sem falar nos direitos aduaneiros que passam a ser receita própria da comunidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças (Raul Gomes dos Santos): Quanto à primeira questão, devo dizer-lhe que a quebra orçamental não corresponde exactamente à desistência de obras do Plano, uma vez que a mesma também se verifica no Orçamento corrente.

Portanto, há uma parte substancial que tem que ser atribuída forçosamente ao Orçamento corrente e não ao Plano.

Quanto à segunda pergunta, direi que ainda estamos longe da adesão. Não sabemos ainda que regime vai ser necessário para a Região no IVA. O que pretendemos é na realidade, uma adaptação da lei fiscal vigente no todo nacional.

Quanto à quebra de receitas, pois, é verdade que vamos deixar de ter as receitas correspondentes ao imposto de transacção mas vamos passar a ter as receitas correspondentes ao IVA. Posso-lhe dizer que se prevê que as mesmas sejam mais substanciais que aquelas do imposto de transacção.

Deputado Roberto Amaral (PS): É uma surpresa!

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Ótimo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro para pedir igualmente precisões.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Eu admito que tenha feito uma pergunta mal e também aceito que, devido à resposta delicada que deu, tenha que reformular a mesma.

A pergunta é esta:

O que é que está coberto no défice do Orçamento regional pela obrigação constitucional e pelo Estatuto?

Portanto, nós temos os artigos 80º e 85º e 81º da Constituição, os mesmos conjugados permitem-nos uma garantia de cobertura do défice.

O que é que não está coberto do défice do Orçamento regional?

Secretário Regional das Finanças (Raul Gomes dos Santos): Eu já respondi ao assunto.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Pelo que me toca, continuo com uma grande dúvida e julgo que parte desse processo é de negociação política, e é isso que eu quero saber.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças (Raul Gomes dos Santos): No entendimento do Governo Regional e da resposta dada ao Deputado Melo Alves, o défice do Orçamento Regional está inteiramente assegurado por transferências do O.G.E..

Deputado Fernando Monteiro (CDS): 9 milhões, quatrocentos e . . .

Secretário Regional das Finanças (Raul Gomes dos Santos): Não, 9 164 mil se não me engano. Não o tenho presente mas é mais ou menos isso. 9 147 mil.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Um dia quereirei

saber como . . .

(Vozes inaudíveis da bancada do PSD)

É segredo de Partido ou é direito de Assembleia?

Deputado Carlos Teixeira (PSD): É uma questão de saber ler o Orçamento.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Muito obrigado machista. Muito obrigado, Sr. machista.

(Vozes inaudíveis de vários Srs. Deputados)

Presidente: Muito bem, penso que estão prestados os esclarecimentos pelo Sr. Secretário Regional.

O Sr. Presidente do Governo Regional tem a palavra para responder às questões levantadas.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Foram formuladas várias questões que passo a responder.

O Sr. Deputado Carlos Mendonça interrogou-me sobre os apoios prestados a entidades culturais, nomeadamente relacionadas com jovens. O Sr. Deputado estranha não encontrar, no Plano, expressa qualquer menção de financiamento das mesmas.

Devo dizer-lhe que para 1983, à semelhança do que tem acontecido nos anos anteriores, estas formas de apoio do Governo Regional são cobertas através do Orçamento corrente, pela acção do Fundo Regional da Acção Cultural e Fundo Regional de Desenvolvimento do Desporto. É através destas duas entidades que tem sido apoiada uma actuação muito variada, porque se projecta em todas as ilhas, nesses dois domínios com os reflexos gerais que aponte na minha intervenção.

Quanto à sua observação sobre a programação realista, ou não, do Governo Regional deduzida do facto de haver investimentos de diferente natureza, que têm o mesmo valor, responderia apenas que o mesmo não enferma o meu qualificativo. A planificação é realista e há uma acção a desenvolver em domínios muito variados que decerto poderiam ser discutidos se o Sr. Deputado apontasse casos concretos, em termos de enquadramento nas prioridades definidas pelo Governo. Contudo o Governo tem entendido sempre não restringir a sua acção a certos campos. Doseia-a, concerteza, conforme as disponibilidades mas a revitalização da sociedade açoriana, a que nos propusemos no início do nosso mandato, postula um impulso muito vivo nos mais diversos sectores de actividade.

Daí que os investimentos e as outras formas de actuação do Governo Regional se projectem nos mais diversos campos de actuação, no nosso meio.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa perguntou exemplos concretos de medidas adoptadas no sentido da contenção de despesas. Falar-lhe-ia das reformulações de quadros, no sentido da sua redução; nos esforços feitos na simplificação burocrática; na revisão da orgânica dos serviços, que está em curso; nos programas de informatização e além disto, no respeitante aos sacrifícios, impostos na administração regional, na linha daqueles que se estendem a toda a nossa sociedade. Há recomendações e determinações, seriamente precisas, sobre a austeridade, relativamente às despesas de funcionamento que vão até à poupança de energia e ao rigor nos consumos de secretaria, nomeadamente papéis e outras

coisas, com as quais, se não há cuidado, muito dinheiro se gasta inutilmente.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa solicita também a discriminação pormenorizada das inflexões para 1983, em função dos aumentos de custos ou de outros factores. Remetê-lo-ia para o debate do Plano, a propósito de cada um dos sectores. Decerto que neste campo, o Sr. Deputado terá observações a fazer e é muito razoável, e lógico, que as apresente aos Srs. Secretários Regionais, durante as intervenções que amanhã se farão. Estou certo que eles responderão, com melhor vontade às suas observações.

Será, aliás, o método que seguiremos igualmente em relação a numerosas outras intervenções feitas durante os pedidos de esclarecimento, sobretudo pelo Sr. Deputado Fernando Monteiro. Estes pedidos de esclarecimento terão que ser remetidos para as intervenções que os Srs. Deputados irão ter e os esclarecimentos que os Srs. Secretários irão prestar, amanhã, durante o debate.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa levanta também uma questão relacionada com a análise dos reflexos do sismo de 1980, sobre a emigração. Entende que o que se passou não foi um retomar animoso da nossa população, face à grande calamidade, mas sim o encontrar as portas da emigração fechadas.

É uma interpretação que eu contesto. Nós pudemos verificar quais eram os pedidos e interesses manifestados pela emigração, na altura. Foi um número reduzido.

Quanto à possibilidade das portas da emigração se terem encontrado fechadas, recordo ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa e a toda a Câmara que o mesmo aconteceu aquando do vulcão dos Capelinhos e foi aprovada legislação especial pelo Congresso dos Estados Unidos — proposta pelo então Senador John Kennedy, que viria a ser Presidente dos Estados Unidos — no sentido de se abrir uma quota especial para acolhimento dos desalojados pelo vulcão em 1957, fruto de diligências feitas nesse sentido.

Em 1980 não foram necessárias quaisquer diligências, o que me parece assinalável, por não ter antecedentes na nossa história.

Recordo-me do sismo de 1963, em S. Jorge, com fenómenos muito mais modestos. Na sequência deste, organizou-se uma expedição de emigrantes para Angola, muitos dos quais regressaram após a independência.

Agora existiu todo um outro estilo de reacção por parte da população, que considero extremamente positivo, e sintoma de revitalização da nossa sociedade, que me parece de sublinhar.

O Sr. Deputado ter-lhe-á dado outra interpretação que sem dúvida admito.

Quanto ao regresso maciço de emigrantes do Canadá e Estados Unidos, como o Sr. Deputado o apresenta, e tendo em conta que nos últimos 25 anos terão saído dos Açores muito mais de 100 mil pessoas, o mesmo provocaria problemas que haviam de se enfrentar.

Não temos, por enquanto, sinais dum regresso maciço. Temos, sim, verificado alguns regressos, de pessoas que procuraram solucionar o seu problema, face aos estragos do sismo de 1980, emigrando para o Canadá que concedeu algumas facilidades, fazendo até deslocar o seu Vice-cônsul à

Terceira para adiantar os processos e facilitar as entrevistas. Alguns já voltaram porque as circunstâncias não são, efectivamente, muito favoráveis no Canadá como também nos Estados Unidos da América.

Contudo, até agora, não se prevê um regresso maciço e não me parece que valha a pena fantasiar-nos e arrelhar-nos acerca deste ponto. Como sabe, muitos e muitos dos nossos emigrantes encontram-se fortemente radicados nos países de acolhimento, têm lá as suas famílias, os seus negócios e a sua vida, tendo adquirido até a própria nacionalidade desses países. Não se trata propriamente duma situação análoga àquela em que se encontram emigrantes orientados para outros países, instáveis, com uma ligação laboral temporária e alietória.

Sem desconhecer que existem situações complexas nas nossas comunidades emigrantes, não me parece que, neste momento, seja de antever um fenómeno destes para a nossa Região. Não quero deixar de sublinhar que, se porventura ele se verificasse, haveríamos de encontrar soluções para ele, e alguns dos problemas, que hoje enfrentamos, devido ao esvaziamento demográfico nalgumas das nossas ilhas, receberiam daí um impluso, sangue novo e fresco, que até poderia constituir um factor de dinamização do processo do nosso desenvolvimento económico.

O Sr. Deputado Fernando Monteiro formulou-me algumas perguntas, baseadas numa certa aproximação à história açoriana que, por não estarmos na Academia de História, não irei discutir.

De resto, tenho uma certa dificuldade em compreender exactamente a sua pergunta e como não pretendo servir-me do precedente, há pouco criado de interrogar o intérprete oficial do Sr. Deputado Fernando Monteiro, que é a Sra. Deputada Conceição Bettencourt, não posso deixar de assinalar que o Sr. Deputado introduz alguns conceitos bizarros na sua pergunta.

Entre outros, por exemplo, «décadas de cinco anos» e a noção de «parque industrial não lácteo» . . .

(Risos)

. . . que eu francamente não consigo saber a que se referem concretamente.

Em todo o caso, quero fazer-lhe notar que a confusão entre investimentos públicos e privados deve ser separada.

A grande arrancada do desenvolvimento industrial, no final do século passado, foi devida à iniciativa privada e honra-lhe seja feita por isto.

Apontei, neste período que estamos a viver, nesta gesta como o Sr. Deputado afirma, aquilo que é da responsabilidade da Região.

Haverá outros períodos em que teria sido melhor, talvez.

Se o Sr. Deputado tem neles muito apreço, aconselhá-lo-ia a tomar a máquina do tempo e regressar a eles.

(Bancada do PSD: Muito bem!)

Para além das suas observações histórico-cómicas. . .

(Risos)

. . . o Sr. Deputado não deixa de incluir algumas perguntas substanciais.

Uma delas é sobre os termos políticos de fundo, em que se passa a negociação do apoio financeiro à Região, por

parte do O.G.E..

O Sr. Deputado imagina logo trocos políticos e combinações de bastidores. Não creio necessário recorrer a estas figuras uma vez que a questão é simples. Nós invocamos a nosso favor o que dispõe a Constituição e o que diz o Estatuto da Região.

O nosso Estatuto é uma lei quase constitucional, aprovada unanimemente pela Assembleia da República, até com entusiasmo de louvor, como todos nós bem nos recordamos.

Trata-se de salientar — sem prejuízo da consideração das circunstâncias globais do País — a prioridade do desenvolvimento da nossa Região devido à situação de atraso em que se encontra, à sua vulnerabilidade e ao especial papel que lhe cabe, para a própria definição do nosso País, na fase actual.

É dentro deste esquema que nós temos procedido e temos vindo a obter este apoio significativo, que recebemos de cabeça erguida, com a noção de que se trata dum impulso ao desenvolvimento dum Região que tem possibilidades de vir a ser autora dum processo de desenvolvimento auto-sustentado, não se considerando, de maneira alguma, como um peso morto dentro do conjunto do País, muito pelo contrário!

Quanto à situação em que se encontram as negociações da Base das Lajes, da mesma pergunta do Sr. Deputado Fernando Monteiro, a resposta também é simples. Mas vão iniciar-se em data que não está ainda marcada. Têm de ser precedidas de trabalhos preparatórios a decorrer com uma intervenção muito activa do Governo Regional, para a definição da posição portuguesa a apresentar à parte norte-americana.

Volto um pouco atrás, a uma das perguntas do Sr. Deputado Dionísio de Sousa que se insere nesta mesma temática.

«A solidariedade internacional será apenas a contrapartida das bases militares existentes na Região?»

Eu julgo que não. Nós temos tido, já, diversas outras formas de apoio que se têm de enquadrar neste conceito, aliás aquilo que é rigorosa e estritamente a contrapartida de instalações existentes na nossa Região é mais um preço do que outra coisa.

Para além destas contrapartidas, nós temos tido diversas e até variadas formas de apoio da Agência para o Desenvolvimento Internacional, do Fundo de Reconstrução do Conselho da Europa e temos em andamento o processo para o empréstimo alemão pelo Banco de Reconstrução para as arroteias do Pico.

Através destes processos, já em número apreciável, nós temos experimentado a noção bem clara de que há diversas entidades que nos olham também com interesse e simpatia, estando dispostas a apoiar o nosso desenvolvimento económico. O que procuramos é salientar, sempre, que não se trata dum questão de promessas ao desenvolvimento, trata-se sim da compreensão de que os Açores se inserem dentro dum determinado espaço, no qual há interesses comuns. É fundamental o desenvolvimento das nossas ilhas na perspectiva da estabilidade e da segurança numa área tão sensível

do mundo, sobretudo no que diz respeito às relações entre a Europa e a América.

O Sr. Deputado Martins Goulart apresentou-me duas questões, extremamente importantes.

Uma delas é sobre as medidas tomadas, ou a tomar, relativamente ao acréscimo de risco, derivado do aumento da tensão internacional.

Se considerarmos um cenário de guerra convencional, estas medidas passariam, de certo, por todo um dispositivo de defesa que não está constitucionalmente, no âmbito do Governo Regional. Está, sim, na responsabilidade do Governo da República e nem sequer, aliás, apenas na sua mão uma vez que os meios necessários, para esse efeito, seriam extremamente vultuosos.

A esse respeito o próprio acordo de defesa, entre Portugal e os Estados Unidos, prevê, a obrigação destes apoiarem o esforço nacional para a defesa do Arquipélago dos Açores.

Num cenário de guerra atómica, porém, e excluída a hipótese de nos podermos abrigar todos no Algar do Carvão, passo o humor negro, não sei, francamente, que medidas caberiam ao Governo Regional.

Se porventura houver sugestões nesse sentido, em relação a um cenário de conflito atómico, nós recebê-las-emos com o maior interesse.

Quanto à posição do Governo Regional sobre a eventual utilização da Região para o estacionamento de armas nucleares, devo esclarecer que esse problema nunca foi posto. É um problema de grande melindre e o Governo Regional não tem, sobre ele, posição tomada. Analisá-lo-á, reflectirá sobre ele e se porventura vier a colocar-se, atendendo ao melindre da matéria, não deixará, de maneira alguma, de ouvir os Partidos da oposição, sobre este assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro para apresentar um pedido de precisão.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional:

Apreciei, pelo menos, a bonomia e a boa disposição com que o Sr. me respondeu, mas também não apreciei nada do que o Sr. disse, porque o Sr. não me respondeu a nada!

Não vou precisar as áreas históricas que interessam, só que gostaria de perguntar-lhe, sim ou não se quiser, se a cobertura do défice orçamental está, de facto, garantida, deduzindo que, por isso, não é preciso recorrer ao individualismo da Região.

Gostaria que me esclarecesse também se um milhão e quinhentos mil contos, de facto, ali consagrados no Orçamento são irrevogáveis, de acordo com a explicação dada na alínea própria para a cobertura dos défices.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A questão que me coloca o Sr. Deputado Fernando Monteiro, julgo que, já foi respondida, há pouco, pelo Sr. Secretário Regional das Finanças, dirigindo-se ao Sr. Depu-

tado Roberto Amaral.

Por isso, não sei se valerá a pena insistir sobre esta matéria?

Algumas das questões suscitadas pelo Sr. Deputado Fernando Monteiro, levam a interrogar-me se para além dum explicador, o Sr. Deputado não necessitará também, dum repetidor.

(Risos)

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Eu preciso é dum gromofone!

(Risos)

Presidente: Srs. Deputados chegámos ao fim dos nossos trabalhos de hoje.

Depois de contactados os Grupos Parlamentares e o Sr. Deputado do CDS, ficou entendido que — dado o facto de amanhã ter lugar uma inauguração para a qual estão convidados todos os membros desta Assembleia e para não dificultar a eventual comparação a essa cerimónia — começásemos os nosos trabalhos, cedo, às 9 horas.

Ficou, igualmente, entendido, que a ordem do dia fosse a seguinte:

1º — Apreciação da Proposta de Resolução, apresentada pela Mesa, relativa à eventual suspensão do mandato do Sr. Deputado Fernando Faria;

2º — Apreciação do Plano e Orçamento, com a abertura dos debates e eventual votação;

3º — Apreciação da Proposta sobre a «Alteração do Plano de Actividades do GAR para 82»;

4º — Apreciação da Proposta sobre o «Plano de Actividades do GAR para 83»;

5º — Apreciação da Proposta de «Autorização do empréstimo alemão para o projecto agro-pecuário do Pico».

Isto não quer dizer, naturalmente, que todas estas matérias vão ser apreciadas mas fica indicada a ordem da sua sequência.

Srs. Deputados, por hoje estão encerrados os nosos trabalhos.

Até amanhã às 9 horas, neste mesmo lugar.

Muito boa noite.

(Eram 20 30 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: **PSD** — Frederico Maciel, Carlos Bettencourt; **PS** — Avelino Rodrigues, Daniel de Sá; **CDS** — Fernando Monteiro).

(Deputados que faltaram à Sessão: **PSD** — José Rodrigues de Melo, Emanuel Silva, Renato Moura, Borges de Carvalho, José Silva, Duarte Mendes; **PS** — Fraga Pimentel, João Lima).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM DURANTE A SESSÃO

Requerimento

Ao abrigo das disposições regimentais requeiro ao Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, as seguintes informações:

1. Montante global de despesas ainda não pagas a entidades privadas e empresas públicas por parte do Governo Regional, referente ao:

a) ano de 1980;

b) ano de 1981;

c) primeiro semestre de 1982.

2. Menção das entidades privadas e empresas públicas credoras e respectiva discriminação das dívidas existentes, da responsabilidade do Governo Regional, referente ao:

a) ano de 1980;

b) ano de 1981;

c) primeiro semestre de 1982.

Horta, Sala das Sessões, 24 de Novembro de 1982.

O Deputado do PS: *José Manuel Bettencourt*.

Requerimento

Ao abrigo das disposições regimentais requeiro ao Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores as seguintes informações:

1. Despesas efectuadas pelo Governo Regional, referentes aos anos de 1980, a1981 e ao primeiro semestre do ano de 1982, derivado do exercício de funções dos seus membros, discriminando as efectuadas no País e no Estrangeiro:

a) Em utilização de transporte aéreo;

b) Em alojamento ocorrido em instalações hoteleiras;

c) Em ajudas de custo.

2. Sua discriminação em função de cada membro do Governo Regional dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 24 de Novembro de 1982.

O Deputado do PS: *José Manuel Bettencourt*.

O Redactor de 2ª classe: *Eduardo Elias da Silva*.